



MARCOS BERGAMASCO/SECOM/MT

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.120/27 – Brasília, 18 a 24 de abril de 2005

EDIÇÃO SEMANAL



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Em seu gabinete, Renan mostra à imprensa um carrinho com as propostas que esperam decisão e observa que "o Congresso está vivendo uma paralisação nunca vista antes"

Mais de 100 quilos de papel: 559 matérias aguardam votação do Plenário

Mutirão para limpar a pauta do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, admitiu na sexta-feira promover um mutirão para votar os projetos da pauta, trancada por medidas provisórias. "Ninguém agüenta mais essa paralisação", advertiu.

PÁGINA 3

Aceleração do crescimento econômico. A previsão é da LDO

PÁGINA 9

Autonomia do Banco Central é debatida em audiência na CAE

PÁGINA 5

Senado oferece apoio a Grafite, vítima de racismo

A recém-criada Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão encaminhou ao Plenário voto de solidariedade e apoio ao jogador Grafite,

do São Paulo. Ele acusou de racismo o jogador argentino Leandro Desábato, que foi preso em flagrante pelo delegado que estava de plantão no estádio do Morumbi.

PÁGINA 11



Paulo Paim requereu o voto de solidariedade ao jogador do São Paulo

JOSE CRUZ

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 17
FRASES	Página 17
VOZ DO LEITOR	Página 17
CONHEÇA O SENADO	Página 19

PNEUS USADOS

Avança o debate sobre projeto de Flávio Arns que obriga as empresas a dar destinação final ambientalmente adequada a pneus que não têm mais utilidade. As comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente vão fazer reunião conjunta para votar a proposta.

PÁGINA 4

SIGILO

Depois de muito debate, os senadores definiram o tratamento que deve ser dado pelo governo aos documentos sigilosos. O Plenário aprovou projeto que determina o prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, para o sigilo de documentos ultra-secretos.

PÁGINA 7

BIODIESEL

O Plenário aprovou, com alterações, a medida provisória que estimula a produção do biodiesel. O projeto – que retornou ao exame da Câmara dos Deputados – dá mais segurança ao agricultor familiar, sobretudo no Norte e Nordeste, para investir na produção.

PÁGINA 7

cidadania

O Especial Cidadania traz a relação dos telefones e endereços postais e eletrônicos do Poder Executivo. O objetivo é permitir que o cidadão possa se comunicar com o governo federal. Foi incluída lista de telefones 0800, com ligações gratuitas.

PÁGINA 20

gendagendaendagendaendagengendgendaagendaendagendaendagendaendaagend

MPs seguram votações no Senado

Após intenso debate entre parlamentares, governo e sociedade civil, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira (12) a conturbada Medida Provisória 232/04, que corrige em 10% os valores das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O texto original aumentava os tributos para prestadores de serviço e para o setor agrícola, o que gerou descontentamento de empresários, produtores rurais e profissionais liberais.

O projeto de lei de conversão (PLV 5/05) proveniente da MP 232 deverá chegar ao Senado nos próximos dias. Para o líder do PT na Casa, senador Delcídio Amaral (MS), ela não deverá tomar grande tempo dos senadores em Plenário, visto que a matéria esteve sob deliberação na Câmara por várias semanas e obteve consenso após as modificações

realizadas.

Antes dessa MP, os senadores ainda precisam aprovar o PLV 4/05, referente à MP 229/04, que acresce parágrafos à Lei 9.615/98, conhecida como Lei Pelé, na qual são instituídas normas gerais sobre desportos. A matéria também modifica o art. 3º da Lei 10.891/04, que institui o programa Bolsa-Atleta.

Por último, o PLV prorroga até 23 de junho deste ano os artigos 30 e 32 do Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826/03. O primeiro artigo trata do prazo para que todas as armas de fogo sejam registradas. O outro se refere à entrega de qualquer tipo de armamento de fogo à Polícia Federal, com a possibilidade de indenização pelo governo federal.

O PLV também estende o porte de arma a auditores fiscais e



Delcídio Amaral: MP 232 não deverá tomar grande tempo dos senadores

técnicos da Receita Federal e integrantes da carreira de auditoria desse órgão.

Na fila das MPs, está estacionada também a 230/04, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 569,1 milhões, para os ministérios da Saúde, Defesa e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A Câmara ainda precisa votar dez MPs que estão trancando a pauta. A última é a MP 241/05, que também abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor total de R\$ 299,5 milhões.

CAS promoverá audiência com o ministro da Saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoverá, na terça-feira (19), audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa. Os temas tratados incluirão os problemas de abastecimento de medicamentos contra a Aids, a crise da saúde no Rio de Janeiro, as atividades da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a fixação de

Desde então, várias medidas foram tomadas para melhorar o atendimento hospitalar, entre elas a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, sob gestão do governo federal. Houve também a contratação imediata de pessoal, ampliação da oferta de leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI), compra de equipamentos

Comissão vai discutir temas como a crise da saúde no Rio de Janeiro

O convite atende a requerimentos de autoria dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (PFL-GO).

A crise da saúde no Rio de Janeiro começou no dia 11 de março passado, quando o ministro Humberto Costa decretou estado de calamidade na rede hospitalar e requisitou para o governo federal a administração dos seis maiores hospitais da cidade.

em caráter emergencial e ampliação de serviços de hemodiálise.

A medida, no entanto, vem sendo duramente criticada pelo PFL,

partido do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. De acordo com membros da agremiação, o governo federal foi autoritário e teria, na verdade, intenções eleitoreiras. O senador Marco Maciel (PFL-PE) chegou a apresentar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), um projeto de decreto legislativo para sustar a intervenção. Para Maciel, a decisão do governo federal não está amparada pela legislação.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Autonomia do BC – A primeira parte da reunião se destina a uma audiência pública para discutir a regulamentação do sistema financeiro e, principalmente, a autonomia do Banco Central, objeto de três propostas que tramitam na Casa. Foram convidados os professores Paulo Nogueira Batista Júnior e Edmar Bacha, além do presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sérgio da Luz Belsito.

Lei de Falências – Os parlamentares também votam, em turno suplementar, a proposta que prevê o parcelamento das dívidas de empresas em recuperação judicial com a União, estados e municípios (PLS 245/04). O projeto permite o parcelamento em até sete anos e deve beneficiar principalmente as pequenas e médias empresas. **Autor:** senador Fernando Bezerra (PTB-RN). **Relator:** senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

11h – EDUCAÇÃO

Psoríase – A comissão promove audiência pública para instruir o projeto que cria o Dia Nacional de Combate à Psoríase (PLS 282/04), doença da pele bastante freqüente mas desconhecida pela população. Foram convidados os presidentes da Sociedade Brasileira de Dermatologia do DF, Gilvan Ferreira Alves, e da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, Gladis Lima, entre outros.

11h – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Saúde – A CAS ouve o ministro da Saúde, Humberto Costa. Ele fala sobre a crise no Rio de Janeiro, o desabastecimento de medicamentos usados contra o

vírus HIV e as regras para o ingresso de um paciente nas unidades hospitalares de terapia intensiva, entre outros temas ligados à sua pasta.

11h30 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Requerimentos – Constam da pauta da comissão três requerimentos, entre eles o que pede a realização de audiência pública sobre o dossiê Cayman.

Consumidor – Projeto em discussão pode dar ao consumidor o direito de examinar o produto no ato da compra (PLS 88/04). **Autor:** deputado Celso Rusomano. **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

QUARTA-FEIRA

10h – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Plebiscito – O primeiro item da pauta é o projeto (PDS 1.494/04) que prevê a realização de plebiscito, no primeiro domingo de outubro, a fim de consultar a população sobre os seguintes temas: legalização do aborto, adoção do financiamento público das campanhas eleitorais, adoção do voto facultativo, reeleição de chefes do Executivo, união civil entre pessoas do mesmo gênero, fim do serviço militar obrigatório e redução da maioridade penal. **Autor:** senador Gerson Camata (PMDB-ES). **Relator:** senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Índios – Proposta em análise pela CCJ permite que o poder público desapropriar terras para a demarcação de reservas indígenas. **Autor:** senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h: Sessão deliberativa

Esporte – O primeiro item a ser analisado é a Medida Provisória 229/04, que tranca a pauta de votações. A MP define em 90 dias o prazo para as entidades desportivas resgatarem os recursos da Caixa Econômica Federal destinados ao incentivo do esporte olímpico. Depois disso, eles serão repassados ao Ministério do Esporte. A MP também altera os requisitos para a concessão do Bolsa-Atleta, ampliando o âmbito dos contemplados com o benefício. A medida provisória ainda prorroga para 23 de junho a duração da campanha do desarmamento, em que a Polícia Federal recebe armas em troca de indenizações. A proposta concede ainda porte de arma aos auditores e técnicos da Receita Federal.

Recursos – Consta ainda da pauta a Medida Provisória 230/04, que libera R\$ 569,1 milhões para os ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Social e da Saúde, antes de liberar a pauta de votações.

Nova MP – Durante a semana, deve chegar à Casa a MP 232/04, que reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), aumentando a faixa de isenção e diminuindo a carga incidente sobre os cidadãos. Alvo de muita polêmica, a proposta originalmente também previa o aumento da tributação sobre prestadores de serviço e agricultores. Esse item, no entanto, perdeu a validade após a edição de uma nova MP, que revogou parte do texto. Portanto, vale somente o reajuste

na tabela do IRPF.

Os itens a seguir, na maioria propostas de emenda constitucional, só podem ser examinados depois da liberação da pauta.

Cultura – Discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que cria o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/04). **Autor:** deputado Gilmar Machado. **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

Educação gratuita – Os parlamentares podem discutir, em primeiro turno, a proposta que obriga o Estado a garantir educação gratuita e compulsória nas creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos (PEC 40/03). **Autor:** senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) e outros. **Relator:** senador Tião Viana (PT-AC).

QUARTA-FEIRA

11h: Sessão Especial

45 anos de Brasília – Os parlamentares promovem sessão especial para celebrar aniversário da capital federal, comemorado em 21 de abril.

14h: Sessão deliberativa

Agenda em aberto – A pauta desta sessão depende da votação das medidas provisórias que trancam a pauta de votações. Se estiver desobstruída, os senadores podem votar a proposta de emenda constitucional que concede licença-maternidade a mulheres que adotam crianças (PEC 31/00), entre outros projetos.

QUINTA-FEIRA

Feriado. Não há sessão

SEXTA-FEIRA

9h: sessão não deliberativa



PAUTA TRANCADA Presidente do Senado deve discutir proposta nesta segunda-feira com líderes e membros de comissão

Renan admite mutirão para votar projetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, admitiu na sexta-feira a realização até de um mutirão para que os senadores votem as 559 matérias que aguardam deliberação na Casa. Em entrevista no seu gabinete, ele mostrou aos jornalistas um carrinho com os avulsos das proposições, que somam mais de 100 quilos de papel. "O Congresso está vivendo uma paralisia nunca vista antes", disse.

Renan anunciou que, nesta segunda-feira, vai discutir com os líderes partidários e com os integrantes da comissão que estuda mudanças na tramitação das medidas provisórias (MPs) a possibilidade do mutirão, o que poderá resultar em votações inclusive nos fins de semana.

– Como está, não pode continuar. Nunca tivemos um acúmulo dessa magnitude. Ninguém agüenta mais essa paralisia. Temos que cuidar da agenda do desenvolvimento. O país quer que o Congresso funcione e as MPs impedem o Congresso de funcionar – enfatizou.

No encontro, Renan pretende negociar a fixação do dia 28 de abril como prazo final para que a comissão presidida pelo sena-



Avulsos das 559 proposições que esperam votação, mostrados por Renan Calheiros à imprensa, somam mais de 100 quilos de papel

dor Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresente a proposta de mudanças no processo de elaboração e tramitação das MPs.

Segundo afirmou, se não for possível mudar a Constituição, o

Senado passará a adotar métodos mais criteriosos de avaliação da urgência e relevância das medidas provisórias, retirando-lhes a eficácia e forçando sua tramitação como projeto de lei.

Senador já discutiu MPs com Lula e Severino

O senador Renan Calheiros informou já ter conversado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, sobre a necessidade de o Legislativo e o Executivo encontrarem solução conjunta para o excesso de matérias que aguarda votação. Disse que Lula tem demonstrado que quer colaborar. "Espero sinceramente que isso aconteça", acentuou o presidente do Senado.

De acordo com Renan, as medidas provisórias foram concebidas para dar agilidade à atuação do Executivo, mas "lamentavelmen-

te houve uma banalização delas" e suas repercussões atingem a competência legislativa do Senado. Segundo ele, os pressupostos de urgência e relevância foram desprezados ao longo do tempo e dos governos, "E tudo isso tem levado o Senado a uma quase abstinência legislativa", frisou.

O parlamentar afirmou que o Senado está votando, em média, duas MPs por semana e que, no momento, há três trancando a pauta, enquanto dez outras estão prestes a ser enviadas pela Câmara. Para ele, esse excesso de medidas provisórias inviabiliza o trabalho do Senado, no momen-

to em que é preciso concluir as reformas tributária e política, avançar no marco regulatório, regulamentar as parcerias público-privadas e votar a resolução que marca a data do referendo sobre o desarmamento do país.

– Ninguém pode substituir o Congresso, legislar é uma atividade do Legislativo. Nós estamos exigindo o direito de o Congresso legislar – enfatizou.

Renan se manifestou contra o uso de MPs para tratar de matéria tributária. "Nós poderíamos fazer um acordo para, pelo menos, impedir que MP crie imposto novo", assinalou.

Mercadante diz concordar com proposta em estudo na comissão

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), atribuiu o excesso de medidas provisórias (MPs) à "baixa produtividade" do Congresso, especialmente da Câmara dos Deputados. Ele disse concordar com a proposta de que MPs consideradas irrelevantes e não urgentes percam a eficácia, sendo transformadas em projetos de lei.

A idéia da transformação em projeto foi apresentada por Hélio Costa (PMDB-MG) à comissão mista que discute novas regras para o rito de tramitação. Presidida por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a comissão já recebeu sugestões, como o aumento do prazo de apreciação das MPs pela Câmara, de 45 para 60 dias. Outra idéia é que as MPs dariam entrada pelas duas Casas do Congresso, alternadamente, e não mais apenas pela Câmara. O Senado teria 45 dias para examinar as medidas provisórias. Mercadante afirmou concordar com essas propostas de mudanças e com a prerrogativa de uma comissão julgar a relevância e a urgência das medidas provisórias.

Virgílio quer rejeição de medida sobre futebol e desarmamento

A rejeição pelo Senado da medida provisória que trata, ao mesmo tempo, de desarmamento e futebol, voltou a ser defendida na quinta-feira, em Plenário, pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM). Essa seria uma forma de apoiar o presidente da Casa, Renan Calheiros, no esforço que vem fazendo para acabar com o excesso de MPs, explicou ele.

O parlamentar lembrou o discurso proferido por Renan na última quarta-feira, no qual anunciou que o Senado tomará providências para que as MPs não provoquem o trancamento da pauta. Virgílio se referiu a editorial de *O Estado de S. Paulo* que critica os resultados da viagem do presidente Lula à África, onde o "comportamento festivo" do chefe de Estado brasileiro teria suplantado as iniciativas para fechamento de bons negócios com países daquele continente.

O senador também pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de dois relatórios com informações sobre a gestão de Martha Suplicy (PT) à frente da prefeitura de São Paulo.

Parlamentares debatem soluções para o impasse

O pronunciamento do senador Renan Calheiros na quarta-feira sobre o excesso de medidas provisórias (MPs) editadas pelo Palácio do Planalto teve amplo apoio das lideranças partidárias. Jefferson Péres (PDT-AM) também pediu "providências urgentes" para que o Congresso não fique paralisado. E o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), aplaudiu o que chamou de "puxão de orelhas" de Renan Calheiros no governo.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da comissão mista que examina novas regras para a tramitação de MPs, elogiou a iniciativa de Renan e salientou que não há interesse do Planalto em abrir mão da prerrogativa de editar medidas provisórias. Ele sugeriu que o presidente do Senado estabeleça um prazo máximo, de 15 dias por exemplo, para regulamentação da edição das medidas provisórias.

Renan defendeu uma revisão no acordo firmado entre os líderes para que transcorram três sessões deliberativas antes

de uma medida provisória ser votada pelo Plenário. Ele opinou que esse procedimento tem contribuído para o acúmulo de MPs na pauta do Senado. Já o líder do PFL, José Agripino (RN), defendeu a manutenção do prazo de três sessões por entender que o período é fundamental na busca de entendimento em torno da MP. Ele observou que as comissões mistas que deveriam analisar previamente as medidas provisórias nunca se reúnem.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou o compromisso dos líderes de que toda medida provisória teria o prazo de, pelo menos, três dias para debate antes da votação. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o presidente da Casa medie diálogo entre o Legislativo e o Executivo para solucionar o problema de excesso de MPs. Osmar Dias (PDT-PR) propôs que nenhuma MP entre em vigor antes da análise da comissão mista, no tocante aos requisitos de urgência e relevância.

Requisitos de relevância e urgência provocam polêmica

Edison Lobão (PFL-MA) recomendou ao Congresso que use a prerrogativa estabelecida no artigo 62 da Constituição de rejeitar a admissibilidade de MPs consideradas irrelevantes ou não urgentes. Para ele, só 10% das medidas seriam admissíveis, segundo esses pressupostos.

– Vamos agir com rigor e corajosamente, tomando uma posição política, para frear essa situação abusiva – aconselhou Lobão, que criticou o governo por tratar, nas MPs, de temas que a Constituição veda a esse instrumento legislativo.

Já Tião Viana (PT-AC) declarou concordar com as reclamações de seus colegas e sugeriu que o Senado use suas prerrogativas constitucionais, mas lembrou que há o recurso de transformação das MPs em projetos de lei, se julgadas não relevantes ou não urgentes.



José Agripino defende a vigência de MP só após o exame de admissibilidade

Para José Agripino, a saída é estabelecer que uma MP só passe a vigorar depois de examinados os critérios de relevância e urgência. Heloísa Helena (PSOL-AL) chamou a atenção do Congresso para a responsabilidade que tem em barrar MPs não urgentes e não relevantes, deixando de lado conveniências e a "promiscuidade" política.

Senado vai estudar normas para desburocratizar país

Em entrevista em seu gabinete, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, anunciou que segunda-feira criará grupo de trabalho destinado a estudar normas para desburocratizar o país. O senador considera embaraçosa na vida do brasileiro a obrigatoriedade de possuir tantos documentos, quando em outros países o cidadão porta apenas um.

Na opinião de Renan, o excesso de burocracia também dificulta a vida de quem deseja investir no país. Ele

disse que, na Colômbia, o prazo para constituir uma empresa é de apenas um dia, enquanto no Brasil isso leva 152 dias.

– Vou pessoalmente conduzir esse processo – afirmou o presidente do Senado, a respeito dessa comissão.

Renan ressaltou que a burocracia dificulta o desenvolvimento porque afugenta capital.

– É essa agenda que o país tem que enfrentar, não medida provisória inconstitucional – disse o parlamentar.

MEIO AMBIENTE Comissões vão realizar reunião conjunta para discutir projeto apresentado por Flávio Arns

Regras para descarte de pneus podem ser fixadas em lei



Depois de anos sob as regras do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que determinam a obrigação de coletar e dar destinação final ambientalmente adequada a pneus que não têm mais utilidade, as empresas fabricantes e importadoras de pneus poderão ser obrigadas por lei a descartarem pneus inservíveis. É o que determina projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR).

O PLS 216/03 está sendo analisado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Na última quinta-feira, a CAS aprovou requerimento para realização de reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para debater e votar o projeto, em data a ser marcada.

Flávio Arns afirma que, com a proposta, quer evitar que grandes quantidades de pneus inservíveis sejam jogadas no meio ambiente. O senador observa que não há nada inédito na intenção

de obrigar as empresas a dar destino ambiental adequado a esses pneus, pois tal medida já está prevista nas resoluções do Conama. O problema, explica, é que, por não terem força de lei, tais regras não são cumpridas, além de serem freqüentemente questionadas na Justiça.

O projeto de lei apresentado em 2003 no Senado determina um quantitativo de pneus a ser descartado adequadamente para cada pneu novo fabricado no Brasil, importado ou ainda para cada carcaça de pneu e para aqueles usados que entrem no país.

Pela proposta, na hipótese de importação desses produtos – sejam eles novos ou não – e antes mesmo de seu embarque nos portos de origem, as empresas devem comprovar junto ao órgão ambiental federal competente que deram, em território brasileiro, destinação ambientalmente correta para um certo número de pneus.

Setor de pneus usados gera 300 mil empregos

Ao relatar o projeto de lei na

CAS, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou substitutivo para a proposta que modifica a quantidade de pneus a ser coletada pelas empresas, proíbe a importação de pneus usados para uso final, além de permitir somente a importação de pneus remoldados e excluir os recauchutados e recapados. De acordo com Flávio Arns, devem ser ainda sugeridas ao substitutivo algumas emendas que, segundo ele, são fruto da realização de audiências públicas com empresas do setor de pneus usados.

– Nós teríamos um projeto bastante aprimorado ao oferecer essas sugestões ao senador Valadares para que ele possa, conforme seu entendimento como relator, incorporá-las no substitutivo que será apresentado.

O senador ressalta que as empresas que trabalham com pneus usados são responsáveis por mais de 300 mil empregos no país. Ele afirma que, além da questão do descarte, sua proposta pretende regularizar a importação de pneus usados para a indústria de remodelagem,



ANTONIO PERRI/ASCOM UNICAMP

Proposta também regulariza importação de pneus usados como os que são reciclados na usina da Unicamp

que está sempre envolvida em debates judiciais para garantir sua sobrevivência. O parlamentar analisa também que muitos pneus recauchutados vendidos

com garantia de qualidade do Inmetro saem por um preço mais acessível, por exemplo, aos caminhoneiros, que não têm recursos para comprar o produto novo.

Vantagens econômicas e ambientais

JOSÉ CRUZ



Para Flávio Arns, exigências severas devem forçar a destruição de pneus inservíveis no país

O senador Flávio Arns diz não entender por que vários órgãos do governo estão contra o projeto. Para o parlamentar, não é verdadeiro o argumento do Ministério do Meio Ambiente de que, com a permissão de importar pneus usados, está sendo comprado lixo.

– Será determinada, com exigências severas, a destruição de pneus inservíveis no país para cada pneu a ser importado. Iremos, assim, nos livrar do lixo ambiental, evitando também a proliferação da dengue, que é potencializada pela água que fica depositada nos pneus abandonados.

O senador paranaense acrescenta que, com a obrigação de as empresas se responsabilizarem pelos pneus inservíveis, há a possibilidade de geração de empregos para catadores de pneus. Ele afirma que, em seu estado, algumas pessoas saem em busca de pneus usados e os vendem para que as empresas dêem a eles destinação final adequada.

Governo federal é contra a importação

Ao manifestar posição contrária à importação de pneus usados autorizada pelo projeto de lei em tramitação no Senado, o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, Gustavo Trindade, argumentou que a quantidade de pneus fabricada no Brasil já é suficiente para abastecer a indústria de remodelagem.

O representante do Executivo afirmou também que uma inspeção veicular mais severa, a ser determinada em breve pelo governo, vai obrigar os motoristas a trocar os pneus de seus veículos em um menor período de tempo, o que colocará ainda mais pneus

usados no mercado.

Para justificar a inutilidade da importação de pneus usados, o consultor explicou que, dentro dos 14 anos de vida útil do produto novo, o primeiro consumidor permanece com o bem por sete anos e, como um pneu só pode passar pelo processo de remodelagem uma única vez, o tempo ganho com a importação de um pneu usado fica reduzido a pouco mais de cinco anos.

Gustavo Trindade ressaltou que o projeto de lei do Senado não receberia tanto repúdio do Ministério do Meio Ambiente se tratasse apenas das regras de

descarte dos pneus impostas às empresas. Segundo o consultor, não há como apoiar uma iniciativa que regulamenta a importação de pneus usados e de carcaças de pneus.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio revelam que, desde 1990, 38,1 milhões de pneus usados ou recauchutados entraram no país, elevando para 100 milhões as unidades depositadas em locais inapropriados. Ainda segundo o ministério, em 2002 entraram no mercado bra-

sileiro 49 milhões de pneus, fabricados no país ou importados.

Reutilização do produto oferece várias alternativas

A destinação final adequada para pneus inservíveis prevista nas resoluções do Conama e no projeto de lei do senador Flávio Arns pode representar um ganho para a sociedade se forem consideradas as alternativas de aproveitamento desses produtos.

Dentre as possibilidades está a aplicação da borracha pulverizada ou granulada resultante de operações de separação dos materiais que compõem os pneus como elemento na pavimentação de quadras e pistas esportivas e na fabricação de tapetes automotivos. No caso do asfalto modificado com borracha, há limitação para localidades com temperatura até 25°C.

Outra saída para os pneus usados é o uso como co-processamento, que não tem impacto sobre o ambiente, pois a combustão dos produtos é feita em alta temperatura e em fornos equipados com filtros para não deixar resíduos. Dessa maneira, transforma-se o resíduo representado pelos pneus inservíveis em energia nos fornos de cimento.

Sem precisar passar por nenhum processo especial, há ainda a oportunidade de utilizar os pneus como recifes artificiais, na construção de quebra-mares e equipamentos para parques infantis, no controle de erosão e em obras de contenções nas margens de rios para evitar desmoronamentos.



SISTEMA FINANCEIRO Três projetos que tratam da questão tramitam no Senado. Economistas participam de audiência

CAE promove debate sobre autonomia do BC



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará, nesta terça-feira, audiência pública sobre os projetos em tramitação na Casa que tratam da autonomia do Banco Central. Os defensores da idéia dizem que o BC precisa sofrer menor interferência do governo para cumprir suas funções – controle da inflação, manutenção da estabilidade do sistema financeiro e gestão do regime cambial. Três projetos tratam do tema, dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Heloísa Helena (PSOL-AL). Para discutir o assunto, a CAE convidou especialistas como Edmar Bacha, diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica, do Rio de Janeiro, Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, e Sérgio da Luz Belsito, presidente do sindicato de funcionários do BC.

O tema está presente na pauta do Congresso desde o fim dos anos 80. A fagulha inicial foi o debate sobre a regulamentação do sistema financeiro nacional, prevista no artigo 192 da Constituição. A redação original do artigo especificava inúmeros itens que deveriam ser regulamentados conjuntamente, por

meio de lei complementar. O assunto voltou à baila com a Emenda Constitucional 40, de 2003, que possibilitou a regulamentação do sistema financeiro em partes. A mudança esquentou as discussões sobre a autonomia ao abrir caminho para sua regulamentação de forma separada do restante do sistema financeiro.

Existem dois tipos possíveis de autonomia: de objetivos e instrumental. No primeiro caso, o Banco Central decide seus obje-

Defensores da idéia pedem menor interferência do governo

tivos e utiliza os instrumentos de política monetária para alcançá-los. No segundo, os objetivos são definidos por outras instituições externas. O Banco Central tem autonomia apenas para usar os instrumentos de política monetária necessários para alcançá-los. A autonomia instrumental é a que tem maior probabilidade de ser aprovada no Brasil, a julgar pelos projetos em tramitação.

O Banco Central do Brasil é uma autarquia que já conta, por força da lei que a criou em 1964 (Lei 4.595), com autonomia

patrimonial e operacional para execução da política monetária. Bastaria, em tese, implementar mandatos fixos para seus dirigentes para que existisse a autonomia de fato. Mas a existência de mandatos fixos não encerra o problema. Na autonomia instrumental, a separação entre a definição dos objetivos e o seu alcance pela autoridade monetária pode gerar conflitos entre o Banco Central e o governo. E esses conflitos podem trazer prejuízos para a economia, sendo esse um ponto que depõe contra a autonomia.

O bloco de apoio ao governo no Senado tem evitado, por enquanto, declarar-se contra ou a favor da autonomia.

– O governo vai acompanhar e fomentar o debate sobre o tema, para só então tomar posição – diz o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo.

A autonomia do BC tem suscitado debates ainda mais acalorados devido às denúncias feitas pelo Ministério Público contra o atual presidente do banco, Henrique Meirelles. Ele é acusado de remessa ilegal de dinheiro para o exterior e sonegação fiscal.

– Somos a favor da autonomia do Banco Central, desde que seja sem o Henrique Meirelles – alfineta o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

Projeto de Tourinho é o mais abrangente

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou, em agosto de 2003, o Projeto de Lei Complementar 317, que estabelece a autonomia operacional do Banco Central. Institui ainda lei de diretrizes para as políticas monetária e cambial e redefine as competências do Conselho Monetário Nacional.

– O objetivo do projeto é dar ao Banco Central autonomia para executar diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo e referendadas pelo Legislativo para as políticas monetária e cambial – explica o senador.

Essencialmente, a proposta de Tourinho define que o Banco Central deverá usar a autonomia para dar conta de dois objetivos fundamentais: controlar a inflação e



Tourinho: autonomia para o BC cumprir diretrizes do governo aprovadas pelo Congresso

zelar pelo equilíbrio da balança de pagamentos. Deixaria, portanto, de fiscalizar o sistema financeiro, como faz hoje. Essa função seria exercida por outro órgão a ser

criado pelo Poder Executivo.

O projeto de Tourinho visa delegar a gestão da política monetária a um Banco Central pilotado por diretores com mandato fixo, sujeitos ao cumprimento de objetivos predefinidos e a avaliações periódicas feitas pelo Congresso e pelo governo federal.

Com relação às novas atribuições do Conselho Monetário Nacional, o projeto estabelece que ele terá o papel de coordenar a elaboração da Lei de Diretrizes para as Políticas Monetária e Cambial a ser enviada ao Congresso. Será também responsável por monitorar as atividades do BC e sintonizar as ações da autoridade monetária com as dos órgãos de fiscalização do mercado financeiro.

Helóisa Helena pede plebiscito para decidir

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) quer que a concessão de autonomia ao Banco Central seja decidida por meio de plebiscito. Foi esse o tema de projeto de decreto legislativo apresentado por ela em fevereiro de 2003. O projeto passa atualmente por análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem como relator o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para efeito desse projeto de

decreto-legislativo, autonomia significa o estabelecimento de mandato fixo para diretores e presidente do Banco Central, além da independência na definição de taxas de juros e metas de inflação e crescimento econômico.

Helóisa também quer frear a tramitação dos demais projetos que tratam da autonomia do BC, enquanto não for realizado o plebiscito.

– O plebiscito é a oportuna-



Para Heloísa, esse é o caminho para permitir participação da sociedade

de de permitir a participação da população na discussão desse tema tão importante – disse.



Sede do Banco Central em Brasília: autarquia criada em 1964 já tem autonomia patrimonial e operacional garantida por lei

Suassuna quer ampliar a responsabilidade do Senado

A bancada do PMDB no Senado apresentou, em março passado, projeto concedendo autonomia ao Banco Central, por meio da alteração da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. De autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o texto é a revisão de uma antiga proposta do parlamentar para a reforma do sistema financeiro, datada de 1996, reformulada agora para se concentrar na questão do BC.

Pelo texto, a diretoria do banco deveria ser composta por um presidente e oito diretores, nomeados pelo presidente da República após aprovação de seus nomes pela maioria absoluta do Senado. Os mandatos do presidente e dos diretores seriam de quatro anos, sendo permitida uma única recondução ao cargo. Nesse caso, ficaria dispensada



Pelo projeto de Suassuna, diretor do BC só seria demitido com aprovação da Casa

nova aprovação pelo Senado.

O presidente ou os diretores estariam sujeitos à perda do cargo no caso de condenação final em processo criminal; por solicitação do presidente da República devidamente aprovada pelo Senado; ou quando pedissem dispensa da função.

Independência que traz resultados

As propostas relacionadas à autonomia do Banco Central em discussão hoje no Brasil são inspiradas em modelos como o do Banco Central da Inglaterra. Naquele país, o Executivo define a meta de inflação que o banco deverá perseguir usando livremente os instrumentos de política monetária.

Já nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), como é chamado o banco central americano, tem liberdade para estabelecer sua meta quantitativa de inflação, além de poder lançar mão dos instrumentos de política monetária. O Fed não tem compromisso formal com uma meta de inflação, como ocorre na Inglaterra.

Os defensores da autonomia do banco central evocam, em prol de sua tese, estudos realizados por especialistas no tema que demonstram uma correlação entre o grau de independência da autoridade monetária e as taxas de inflação. É o caso de um estudo realizado pelo professor Alberto Alesina, da Universidade de Harvard, que considerou a taxa média de inflação de 17 países industrializados no período de 1973 a 1986 e o grau de independência de seus bancos centrais. Alesina constatou que os países com bancos centrais mais independentes apresentaram taxas médias de inflação menores.

ÍNDIOS Área, em Roraima, era alvo de uma disputa de três décadas. Presidente da Funai promete novas homologações

Homologada a reserva Raposa/Serra do Sol



O governo comemora amanhã o Dia do Índio com uma notícia positiva para a população indígena: a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, que há cerca de 30 anos tem sido motivo de embates entre índios, fazendeiros, garimpeiros, políticos e o governo do estado.

O fato ocorre depois de um período marcado por problemas que envolveram mortes de crianças índias por desnutrição em Mato Grosso do Sul, o assassinato de 29 garimpeiros na reserva Roosevelt, em Rondônia, e críticas a práticas da Funai que vão desde os métodos de demarcação de terras indígenas até a terceirização dos serviços.

Mas o atendimento de uma antiga reivindicação dos índios também provocou críticas. Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PDT-RR) são contrários à medida, e temem que a demarcação de uma área contínua com 1,7 milhão de hectares possa prejudicar a economia do estado.

– Se for como querem as organizações não-governamentais (ONGs), Roraima perderá importante área de sua fronteira – ressaltou Augusto Botelho.

Já o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, considerou que a homologação representa “um grande momento do governo, em que nós assinalamos a firme determinação de continuar a demarcar terras indígenas”. O presidente da Funai, Mércio Gomes, adiantou que o presidente da República irá anunciar outras oito homologações de reservas, e ainda os números que mostram o crescimento da população indígena no país.

Mozarildo questiona a política de demarcação da Funai e

defende a extinção do órgão, que seria descentralizado, ficando a cargo dos estados e municípios o atendimento ao índio. “Caberia ao governo estabelecer a política indigenista e supervisionar a sua execução”, explica. Para o senador, o problema do índio não é terra e sim a falta de “uma política afirmativa”.

Ele defende uma Funai dirigida por índios e acredita que já existem quadros preparados para assumir esse desafio. Também quer um maior controle das ações das ONGs, que, segundo ele, receberam, apenas em 2003, cerca de R\$ 1,3 bilhão dos ministérios para programas em diferentes áreas.

O principal projeto que tramita no Congresso relativo à questão indígena é o Estatuto das Sociedades Indígenas, apresentado em 1991 pelo então deputado e atual senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele cria regras para a exploração de recursos naturais em áreas indígenas.



Mozarildo Cavalcanti critica demarcação em Roraima e defende a extinção da Funai

Para Juvêncio, governo deve desapropriar antes de demarcar

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que acompanhou de perto o grave quadro de desnutrição entre os índios guaranis-caiovas em seu estado, onde 18 crianças morreram e 60 continuam internadas em hospitais, lamentou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) esteja “sem recursos e inoperante”. Na sua opinião, “basta o governo federal querer” para que o quadro se reverta.

– Se continuar assim, acredito que haverá uma queda no crescimento da população indígena – alertou, após lamentar “a total ausência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e do governo federal nas áreas indígenas”.

Juvêncio também condenou a forma como as terras indígenas estão sendo demarcadas.



Juvêncio da Fonseca

– Estão demarcando áreas em propriedades particulares tituladas, como é o caso do município de Antônio João, onde nove fazendas e 67 pequenas propriedades, no total de 9.300 hectares, foram invadidas e depois consideradas como terras indígenas – criticou.

Os proprietários, segundo ele, tiveram de impetrar mandado de segurança para obterem reintegração de posse. Para enfrentar situações como essa, o senador apresentou em 2004 proposta de emenda constitucional que determina a desapropriação de terras no caso de demarcação de áreas indígenas. Já com parecer favorável do relator, Demostenes Torres (PFL-GO), ela aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



No Dia do Índio, o governo também divulgará dados que mostram o crescimento da população indígena do país

Território é 12 vezes maior que a cidade de São Paulo

Ao assinar na última sexta-feira o decreto de homologação da Área Indígena Raposa/Serra do Sol, localizada em Roraima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou a criação de uma área contínua, com tamanho 12 vezes maior que o da cidade de São Paulo.

Comemorada pela Funai e pelas organizações indígenas, a decisão contrariou posição do governo do estado e de senadores, entre eles Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PDT-RR), que defendiam áreas descontínuas para os índios.

Somente o município de Uiramutã ficou de fora da reserva. Nele, funcionam bases militares, escolas, estradas e linhas de transmissão de energia. O presidente da Funai, Mércio Pereira, afirmou que o desfecho da polêmica “atende a uma antiga luta dos índios de Roraima”.

Na quinta-feira, quando o governo federal anunciou a decisão, o senador Augusto Botelho manifestou preocupação com a demarcação oficial da reserva. Segundo ele, ela vai atingir áreas ocupadas por pequenos produtores de arroz, uma das principais fontes da economia roraimense.

– Se for como querem as organizações não-governamentais, Roraima perderá importante área de sua fronteira – ressaltou o senador.

Botelho disse que o presidente Lula, antes de homologar a área, deveria conversar com representantes de Roraima, afirmando que havia um compromisso nesse sentido com a bancada do estado.

Raposa/Serra do Sol é habitada por índios macuxis, uapixanas, ingarikós, taurepangues e patamonas, que formam uma população estimada em 15 mil pessoas. A demarcação compreende o território contínuo de 1,7 milhão de hectares, localizado a nordeste de Roraima, entre os rios Tacutu, Maú, Miang, Surumu e a fronteira com a Venezuela.

Segundo o Conselho Indígena de Roraima (CIR), um dos problemas para a demarcação contínua foi a criação da cidade de Uiramutã dentro dos limites da reserva. A sede do município foi construída no centro da antiga aldeia homônima. A prefeitura e a casa do chefe indígena Orlando Pereira da Silva estão separadas por algumas dezenas de metros e por um igarapé que faz a fronteira invisível entre os macuxis e os não-índios.

Cimi registra 63 casos de homicídio em apenas dois anos

Um relatório que está sendo concluído pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), registra a ocorrência de 63 assassinatos de índios no país nos últimos dois anos. Essa situação, de acordo com o vice-presidente da entidade, Saulo Feitosa, é consequência “da falta de uma política fundiária”. O Cimi aponta como consequência desse quadro a “indefinição fundiária, a violência e os graves problemas de saúde nas aldeias, como é o caso dos índios guaranis-caiovas, em Mato Grosso do Sul, e xavantes, em Mato Grosso”.

– Do total de terras indígenas, somente 31% estão demarcadas. Por isso, são frequentes os conflitos, especialmente nos estados de Roraima, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina – afirma Feitosa.

Quanto à violência, o levantamento feito pela entidade mostra um novo perfil do agressor.

– Antes, a violência era praticada por agentes públicos (principalmente policiais), mas a partir do governo Lula os crimes partem de grupo particulares (milícias armadas) – revela Feitosa.

Numa análise preliminar, ele atribui a mudança ao fato de “fazendeiros e pessoas ligadas ao poder econômico no campo terem se armado com medo da política fundiária do governo do PT”.

Feitosa diz que o agravamento dos problemas de saúde nas áreas indígenas começou durante o governo Fernando Henrique Cardoso, com a terceirização do atendimento.

– Foram repassados recursos para organizações e ONGs, e muitas delas não estavam preparadas para assumir esse tipo de trabalho – critica o dirigente do Cimi.

Índios no Brasil

- população na chegada dos portugueses (estimativa): entre 1 milhão a 10 milhões de índios
- população indígena atual: 345 mil
- 215 povos indígenas (0,2% da população brasileira)
- 1.300 línguas eram faladas há 500 anos. Hoje são 180
- 441 terras indígenas, num total de 98.954.645 hectares (11,5% do território brasileiro)
- 139 áreas estão em fase de identificação

Fonte: Funai

PLENÁRIO

Aprovada MP dos documentos sigilosos

Os senadores definiram o tratamento que deve ser dado pelo governo aos documentos sigilosos. O Plenário aprovou, depois de muito debate, o projeto de lei de conversão (PLV 3/03) que determina o prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, para o sigilo de documentos considerados ultra-secretos.

Originado da Medida Provisória 228/04, o texto estabelece que, terminado o prazo máximo de 60 anos, as informações devem ser analisadas pela Comissão de Averiguação e Análise das Informações Sigilosas. O colegiado pode decidir pela liberação dos dados ou pela prorrogação do segredo, por um período determinado, de documentos ultra-secretos que comprometam a soberania nacional, a integridade territorial e as relações do Brasil com outros países.

A definição dos casos em que o sigilo pode ser prorrogado foi a principal alteração feita pelo Congresso na MP, quando ainda estava sob análise dos deputados. O detalhamento da norma impede que seja mantido o segredo dos demais documentos ultra-secretos, como os que se referem a operações militares e a questões econômicas.

Para o relator da matéria, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a mudança feita pelos deputados "avançou no sentido da democratização da informação". O senador fez

questão de deixar claro que, pelo texto, os documentos sobre política interna não podem ter o sigilo prorrogado além do prazo máximo de 60 anos.

Arquivos do regime militar serão abertos

Com isso, foi criada a possibilidade de abertura dos arquivos do regime militar brasileiro, principal reivindicação dos parlamentares. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que "não se deve ter medo da verdade" e, por isso, devem ser tornadas públicas as informações sobre o período militar. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também defendeu a liberação dos arquivos da ditadura, especialmente os que tratam da guerrilha do Araguaia.

A proposta vai dar absoluta transparência à vida democrática brasileira, sobretudo no que se refere aos atos de arbítrio – assinalou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Segundo ele, o Brasil definiu "uma das legislações mais avançadas sobre o tema", pois não prevê a manutenção eterna do sigilo, como nos Estados Unidos.

Além disso, a proposta manteve o prazo de cem anos para o sigilo de documentos sobre a vida privada, honra, intimidade e imagem das pessoas, como determina a Lei dos Arquivos Públicos, aprovada durante o governo Collor.



Tuma, Agripino e Mercadante ouvem discurso de Virgílio: debate sobre a MP movimentou o Plenário

Oposição tentou excluir prorrogação

Durante a discussão da MP, alguns senadores questionaram pontos da proposta, como a permissão da manutenção do segredo das informações que afrontem a soberania, o território brasileiro e as relações internacionais. Os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Heloísa Helena (PSOL-AL) apresentaram destaques para que fosse eliminada a possibilidade de prorrogação do sigilo, além de reivindicarem a inclusão de representantes do Legislativo e da sociedade civil no grupo interministerial que vai classificar as informações.

Apesar do apoio de alguns parlamentares, nenhum dos destaques foi acatado. Ao defender as emendas dos colegas, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o prazo de 60 anos "é mais do que suficiente" para que o sigilo seja resguardado e que, acabado esse prazo, todos os documentos devem ser tornados públicos.

Decreto reduziu prazo de 50 para até 30 anos

Além da medida provisória, foi editado ainda um decreto sobre documentos sigilosos. A norma reduz para até 30 anos, com direito a renovação por igual período, os prazos de sigilo fixados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que era de até 50 anos, também prorrogáveis. Esse decreto permitia ainda a manutenção do sigilo indefinidamente, o que foi revogado pelo novo texto. Arthur Virgílio (PSDB-AM), que era líder do Congresso no governo FHC, assumiu que a gestão anterior errou ao definir um sigilo tão longo. "Não há razão para tanto cuidado", admitiu.

O decreto editado por Lula define ainda a composição da Comissão de Averiguação e Análise das Informações Sigilosas, responsável por classificar o sigilo dos documentos, entre "reservado" e "ultra-secreto", e pela decisão de manter o sigilo em certos casos.

Participam da comissão os ministros da Casa Civil, Defesa, Relações Exteriores e Justiça, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, além do advogado-geral da União e do secretário dos Direitos Humanos.

Seminário movimentou o debate sobre modelo eleitoral e partidário

Representantes do Legislativo e do Judiciário participaram do seminário realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Universidade do Legislativo (Unilegis) e Instituto dos Advogados do DF, que abordou as mudanças no modelo eleitoral e partidário em discussão no Congresso. Na abertura do encontro "A Reforma do Voto", o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu prioridade para a reforma política, e assim fortalecer os partidos e aprimorar o processo de decisão no Parlamento.

Só existe democracia forte e representativa com partidos consistentes programaticamente e ideologicamente. Precisamos aprimorar o processo legislativo e, para isso, é necessária uma reforma política digna do nome. O Senado já votou o essencial da reforma, que está na Câmara e esperamos que seja aprovada rapidamente – afirmou.

Para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence, a reforma política não será realizada facilmente. Ele avalia que, embora haja consenso quanto à necessidade de mudanças no sistema eleitoral, existem dificuldades que impe-



Serys, Renan e Efraim (D) no seminário sobre a reforma política, cujos pontos essenciais já foram aprovados no Senado

dem as mudanças.

Sou cético de que se consiga chegar a uma reforma estrutural das instituições político-partidárias. A reforma política é a mais difícil de todas, pois é feita pelos eleitos, e o vitorioso não muda de método – disse o ministro.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o método de escolha de candidatos no país leva ao "voto fulanizado", em que é priorizado o candidato, independentemente da proposta apresentada pelo partido, o que não possibilita a criação de verdadeiros partidos políticos.

O ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato

Jardim disse que o financiamento público ou privado de campanhas políticas, outro assunto em debate, é uma opção política. Segundo ele, a Constituição não contém nenhum argumento de contestação ou de aprovação a quaisquer das alternativas.

O professor Fernando Neves, também ex-ministro do TSE, salientou que a função da Justiça Eleitoral é garantir que as eleições ocorram sem interferência do poder econômico.

Em Plenário, o senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu o financiamento público de campanhas para acabar com os "negócios" nas eleições.

MP do Biodiesel passa no Senado, mas volta à Câmara

O agricultor familiar, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, passou a ter mais segurança para investir na produção do biodiesel. Com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão 2/05 – que alterou a Medida Provisória 227/04 – referente à importação e venda desse biocombustível, os produtores terão menor tributação e maior tempo para adequação de suas empresas a certas exigências legais.

Após a aceitação pelo Plenário do Senado da admissibilidade da proposta – 39 votos favoráveis e 24 contrários –, a matéria foi aprovada em votação simbólica. Durante duas semanas, o relator-revisor da MP, senador Edison Lobão (PFL-MA), realizou reuniões com as lideranças partidárias para que houvesse consenso quanto ao texto.

O PLV do Biodiesel foi contestado, em seus aspectos constitucionais, pelos líderes do PSDB e PFL, Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN). Na opinião dos dois senadores, além de incorporar assuntos tributários estranhos ao programa do biodiesel, a proposta também feria a Constituição ao legislar indiretamente sobre o monopólio do petróleo – matéria que não poderia ser tratada por medida provisória. O líder do governo, Aloizio



Edison Lobão, relator da MP, buscou lideranças partidárias para chegar a um consenso

Mercadante (PT-SP), advertiu que a proibição constitucional faz referência ao petróleo e seus derivados, e não ao biodiesel, que é de origem vegetal.

O PLV aprovado incorporou emendas apresentadas pelo relator, a maioria delas beneficiando a agricultura familiar e as miniusinas. Num primeiro momento, serão incentivados principalmente os produtores de palma e mamona.

Uma das emendas aprovadas adota o conceito do registro provisório na Secretaria da Receita Federal, por até seis meses, para as pequenas usinas de biodiesel que vierem a se instalar no país.

Devido às alterações, o projeto voltará para a Câmara.

COMISSÕES

Críticas ao projeto do governo para a reforma universitária

Na segunda audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) para debater a reforma universitária, os quatro convidados, representantes dos professores e das universidades particulares, fizeram duras críticas ao anteprojeto apresentado pelo governo à sociedade, este ano [veja reportagem abaixo]. O texto da lei, com cem artigos, tem dois pontos fundamentais: estabelecimento da autonomia das instituições federais, aliada à subvinculação de 75% dos recursos do MEC (atualmente são 73%) para o ensino superior, e a regulamentação das atividades das universidades.

Autor do requerimento para a realização do debate, o presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), afirmou que o objetivo dos encontros é aprimorar a proposta, que deverá ser enviada, ainda este



Manifestação em Brasília da UNE, que apóia "com ressalvas" o projeto do MEC: nova marcha está prevista para o dia 27

semestre, pelo Executivo ao Congresso Nacional. Hélio Costa já declarou que, para ele, uma das questões mais importantes para o sucesso da reforma será a exclusão do setor de educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), atual nome do

extinto Fundo Social de Emergência, criado em 1994.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) anuncia para o próximo dia 27 uma marcha a Brasília para tratar sobre financiamento estudantil e reforma do ensino superior. A UNE apóia

a proposta do MEC, como destacou seu presidente, Gustavo Petta, mas faz ressalvas.

– Entre as principais reivindicações está a inclusão de um Plano Nacional de Assistência Estudantil [veja o infográfico]; a expansão de vagas nos cursos noturnos das instituições públicas; a participação paritária nos conselhos das universidades; e uma nova lei de mensalidades, que impeça os aumentos abusivos – afirmou Petta.

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), a reforma deveria conter apenas um artigo, para extinguir o Ministério da Educação, que segundo ele "apenas burocratiza a transferência de recursos".

Já Paulo Paim (PT-RS) defende o aprimoramento do anteprojeto. "Se o ministério teve a ousadia de encaminhar a proposta, ele teve a ousadia de provocar o debate."



Projeto original de Paulo Octávio garante benefícios apenas à construção civil

Aprovada a criação de programa de alfabetização

A Comissão de Educação (CE) aprovou, por unanimidade, relatório da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) favorável a um projeto que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace). O projeto garante benefícios a empresas que ofereçam cursos de alfabetização para os funcionários no próprio local de trabalho.

De acordo com o projeto, as empresas que aderirem ao Pace terão direito de usar o selo *Empresa Formadora de Cidadania*. Terão também preferência na concessão de crédito por parte de instituições federais, como Caixa Econômica Federal e BNDES. Para ministrar as aulas, as empresas podem firmar contrato ou convênio com instituição pública ou privada dedicada ao ensino. A iniciativa não gera incorporação salarial nem constitui base para contribuição previdenciária, destaca a proposta.

O projeto, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), tem caráter terminativo. Sendo assim, segue para exame da Câmara dos Deputados, só sendo examinado pelo Plenário do Senado se houver pedido de pelo menos nove senadores. O projeto original de Paulo Octávio previa o Pace apenas para empresas de construção civil, mas emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estendeu o programa a todos os setores empresariais.

A CE também aprovou requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) determinando a realização de audiência pública para discutir a educação indígena. Com a realização dessa audiência, ficou adiada a votação de projeto de lei (PLS 252/99) do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que trata do assunto.

Entidades pedem mais consenso sobre o texto

Primeiro a falar na audiência pública, o presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Heitor Pinto e Silva Filho, disse que o Brasil não tem que fazer reforma universitária, mas apenas regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

– Não é possível reformar o que ainda não foi concluído. A LDB é boa. Precisamos apenas estabelecer regras de conduta para ela – afirmou Silva, que criticou o "exagerado número" de universidades privadas criadas nos últimos anos.

Idêntica posição assumiu o presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), José Antônio dos Reis, para quem é preciso entender que educação é política pública e não política de governo. Ele disse que uma reforma universitária desse âmbito só é possível por meio de um pacto com a sociedade, e criticou também a falta de referência às universidades estaduais e municipais no documento.

– O sistema estadual e municipal é maior do que o federal. Mandamos um ofício ao minis-

tro da Educação pedindo que respeite a autonomia dos estados e solicitando a participação da União nesse financiamento – assinalou.

É preciso ampliar o debate, diz a Andes

Para a professora Marina Barbosa Pinto, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), há vários pontos importantes que devem ser analisados antes que o governo envie o projeto ao Congresso. Entre eles estão as questões da concepção federal, da democratização, do financiamento e da autonomia do ensino superior.

– O documento ainda não construiu um consenso. Ele tem inúmeros problemas – avaliou.

Segundo o professor e economista Cláudio de Moura Castro, o melhor estímulo para se tornar o ensino superior particular mais eficiente é a própria concorrência no setor.

– A questão tem que ser vista no início do processo, no ensino fundamental. Na porta da universidade, muitos já desistiram da educação há quatro ou cinco anos – destacou.

Propostas das particulares

- Desdobramento do anteprojeto em vários outros projetos de lei, para modificar, no que for necessário, a LDB em vigor.
- Redução do controle do Estado sobre o ensino superior e aumento da autonomia das instituições universitárias. Aumento da flexibilidade de organização.
- Apoio à formação de novos centros de excelência e financiamento da pesquisa básica em universidades privadas.
- Retirada de qualquer limitação à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do ensino superior brasileiro.

Propostas da Andes

- Destinação de 7% do PIB para a educação pública, como previsto no PNE. Aumento para 10% do PIB até o fim da década e vinculação constitucional dos recursos.
- Eliminação dos mecanismos de canalização de recursos públicos para o setor privado de educação.
- Congelamento e posterior redução das mensalidades das faculdades particulares.
- Impedimento à abertura da educação a investimentos estrangeiros.

Propostas da UNE

- Troca dos títulos da dívida externa por investimentos em educação.
- Regulamentação do ensino privado.
- Construção de um plano nacional de assistência estudantil.
- Abertura de novas vagas em cursos noturnos das universidades públicas.

Tarso Genro terá que explicar desvio de recursos do FNDE

A Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento de informações a ser encaminhado ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que explique o erro contábil que acarretou o desvio de R\$ 3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as entidades dos serviços sociais autônomos (Sesi, Senai e Senac). O requerimento é de autoria do

presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), e foi elaborado com base em reportagem publicada dia 29 de março no jornal *O Globo*.

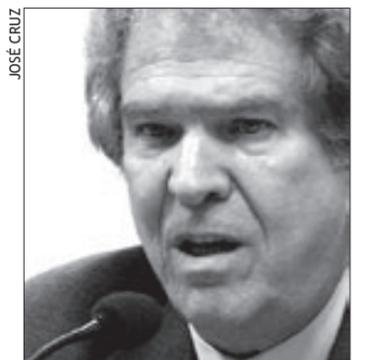
A comissão pretende esclarecer qual foi o órgão do governo que identificou o erro e se a distorção foi apurada por meio de verificação rotineira ou por denúncia. O requerimento também questiona se o MEC

fará auditoria na conta desses recursos no período em que ocorreram os desvios. De acordo com Hélio Costa, o ministro teria afirmado que as distorções já foram corrigidas, mas ainda falta contabilizar o quanto cada estado deixou de receber.

Embora tenha votado favoravelmente ao requerimento, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a realização de au-

diência pública sobre o tema, caso as informações a serem encaminhadas por Tarso Genro não esclareçam a questão.

A CE aprovou também projeto de lei (PLS 306/04), de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE), que inscreve o nome de Frei Caneca no *Livro dos Heróis da Pátria*. Por ser de caráter terminativo, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados.



Hélio Costa, presidente da CE

COMISSÕES/PLENÁRIO

Projeto da LDO aponta para a aceleração do crescimento

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, que começa a tramitar esta semana no Congresso, sinaliza a determinação do governo de acelerar o crescimento econômico no último ano da gestão do presidente Lula. Pela primeira vez, o governo propõe limitar em lei os seus gastos não financeiros, como pessoal, custeio, benefícios sociais e previdenciários. Para tanto, fixa nos três próximos exercícios (até 2008) o mesmo teto de gastos previsto para este ano, ou seja, 17% do produto interno bruto (PIB).

Ao mesmo tempo, o Executivo quer estabelecer na LDO o compromisso de não elevar a carga tributária no mesmo período. Conforme anúncio do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi fixado um limite de 16% (média dos últimos quatro anos) do PIB para o aumento da arrecadação da Receita Federal, que não inclui a contribuição à Previdência Social e recursos próprios de alguns órgãos públicos.

Se confirmada a previsão do



Paulo Bernardo (E) fala à imprensa sobre proposta de diretrizes orçamentárias enviada ao Congresso

PIB de R\$ 2,16 trilhões em 2006 (crescimento projetado de 4,5% nos três exercícios), o governo abriria um espaço nas suas contas de R\$ 21,65 bilhões, que poderiam ser direcionados para investimento, segundo Bernardo, seja pela aplicação direta de recursos, seja pela desoneração de alguns setores.

O governo não alterou a regra para correção do salário mínimo

definida pelo Congresso (reposição da inflação pelo INPC mais variação do crescimento do PIB *per capita*). No entanto, estreitou os programas do Fome Zero protegidos do contingenciamento (apenas Bolsa-Família, aquisição e distribuição de alimentos). Também ficaram fora dos cortes as verbas destinadas a pesquisa e tecnologia, como ocorreu este ano.

A LDO trabalha com redução da inflação (cai de 4,16% em 2006 para 3,99% em 2008) e elevação do câmbio (de R\$ 2,90 para R\$ 3,16 no período). A meta do superávit fiscal foi mantida em 4,25% do PIB até 2008. A projeção exclui R\$ 3 bilhões de investimentos em infra-estrutura, conhecido como projeto piloto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Senado deve retomar debate sobre microcrédito

Aprovado pela Câmara na última terça-feira, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) deverá ter sua execução acompanhada e discutida pelo Senado. A relatora do projeto de lei de conversão à Medida Provisória 226/04, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), informou ao **Jornal do Senado** que retomará, nas próximas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta de criar uma subcomissão para aprofundar os debates sobre o microcrédito.

O compromisso de continuar as discussões sobre o modelo brasileiro para a concessão de crédito aos microempreendedores, lembrou Ideli, fez parte do acordo que viabilizou a aprovação da MP no Senado, cujo texto foi mantido na Câmara. A oposição questionou a opção do governo de dar prioridade à inclusão bancária e só agora concentrar esforços para alavancar o microcrédito produtivo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em 2003, também por MP, o governo direcionou 2% dos depósitos à vista nos bancos para empréstimos à população de baixa renda. O dinheiro foi aplicado sobretudo no crédito de uso livre, como compras de remédios, alimentos e outros itens básicos. Conforme Ideli, a nova etapa, voltada para a geração de emprego e renda, cujo texto legal deve ser sancionado pelo presidente Lula até o fim do mês, é estratégica para dar sustentabilidade ao desenvolvimento econômico do país.



A comissão temporária, presidida por Fernando Bezerra (C), terá mais tempo para trabalhar

Líderes discutirão mudanças no Orçamento

O texto que deverá alterar a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, com mudanças nas regras de tramitação dos orçamentos federais, será debatido com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que anunciou sua participação na Comissão Mista de Orçamento nesta quarta-feira.

No mesmo dia, as propostas serão submetidas à análise dos líderes partidários no Senado. A primeira rodada com os líderes da Câmara, na última quinta-feira, mostrou que há concordância com a maior parte das propostas apresentadas pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), relator da comissão mista temporária que analisa a reformulação do processo orçamentário.

Os deputados, que consideraram quarta-feira um prazo muito curto, pediram mais

tempo para apresentar emendas ao relatório. As objeções, segundo o deputado Pedro Novais (PMDB-MA), vice-presidente da comissão temporária, concentraram-se na forte redução das emendas de bancada, que cairiam para cinco (atualmente variam de 18 a 23), e no sistema de rodízio. Nesse caso, procura-se evitar que o mesmo partido ocupe determinada relatoria setorial por dois anos consecutivos. Essa regra, por exemplo, retiraria do PMDB a área de infra-estrutura, a cargo do partido há anos.

Há sinais, porém, de que o relatório de Barros provocará muita polêmica e terá elevado número de emendas. Conforme o deputado Carlito Merss

(PT-SC), que já antecipou que disputará a relatoria geral do Orçamento de 2006, o PT não aceita a proposta de Barros de que o novo cargo de relator da receita seja indicado pelo líder da minoria. Há também reações contrárias ao corte nas emendas de comissão, de cinco para duas.

Alteração proposta institui rodízio na distribuição das relatorias

A discussão sobre as novas regras ainda está atrasada no Senado. Somente nesta semana o presidente da comissão temporária, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), deve costurar os primeiros acordos sobre as mudanças. A comissão obteve dos presidentes das duas Casas, na semana passada, autorização para prorrogar os seus trabalhos até 13 de maio (o prazo anterior era 28 de abril).

Tião Viana faz proposta para alterar regimento

O Senado poderá ter uma comissão específica para analisar todos os projetos de reforma do Regimento Interno. O requerimento, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente da Casa, está na ordem do dia e será votado assim que a pauta do Plenário for liberada.

Pela proposta, apresentada no dia 25 de fevereiro deste ano, a comissão terá cinco integrantes e deverá, no prazo de 60 dias, apresentar um substitutivo de reforma do regimento, consolidando todos os projetos de resolução em tramitação na Casa.

Segundo a assessoria do senador, cerca de 40 projetos de resolução com alterações do Regimento Interno estão em tramitação no Senado.

Municípios serão tema de atividades permanentes

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), anunciou na última terça-feira os nomes dos parlamentares que integrarão a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, criada com a aprovação de requerimento de sua autoria. Luiz Otávio anunciou que a subcomissão será instalada, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, no próximo dia 26 de abril, quando serão escolhidos o presidente e o vice-presidente do colegiado. A subcomissão terá nove titulares e nove suplentes.

Ele informou ainda que será lançado, na TV e na Rádio Senado, um programa de um minuto diário, intitulado *Minuto Municipalista*.

Cardozo presidirá comissão mista do Judiciário

Por 19 votos a favor e nenhum contrário, a Comissão Especial Mista da Reforma do Judiciário elegeu, na última terça-feira, o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) presidente e a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), vice-presidente do colegiado.

O senador José Jorge (PFL-PE) deverá ser escolhido relator na próxima reunião da comissão, marcada esta quarta-feira.

A comissão foi instalada para tratar da regulamentação da reforma do Judiciário, aprovada pelo Senado ano passado e em vigor há quase quatro meses. Uma de suas tarefas será discutir propostas de alteração das regras processuais atualmente seguidas pela Justiça brasileira.

COMISSÕES

Comissão fará audiência sobre plano Amazônia Sustentável

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), anunciou a realização de audiência pública com os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para discutir o Plano da Amazônia Sustentável, no dia 3 de maio, às 10h. A reunião será em conjunto com as comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A CRA aprovou ainda requerimentos para realizar audiências públicas com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre recursos para financiamento e comercialização da safra de 2005, e com o secretário Especial da Aquicultura e Pesca, José Fritsch, por requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que deseja conhecer as diretrizes para desenvolver a pesca com tecnologia adequada e respeito ao meio ambiente.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou para o fato de o custo de produção da soja estar aumentando em Mato Grosso em decorrência da praga da ferrugem asiática, que está exigindo até quatro pulverizações de defensivo agrícola por safra.

Osmar Dias (PDT-PR) manifestou preocupação com a possibilidade de surtos da febre aftosa, por entender que países fronteiriços ao Brasil, como Bolívia, Paraguai e Argentina, não fazem controle rígido da doença.

As reuniões da comissão serão sempre às 9h das quartas-feiras, com transmissão ao vivo pela TV Senado.

Intervenção federal na saúde do Rio provoca polêmica

Apenas o Poder Judiciário poderá revogar o decreto da União que declara calamidade pública no setor hospitalar da cidade do Rio de Janeiro, disseram os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) em audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A audiência com a presença do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard [veja reportagem abaixo] debateu projeto de decreto legislativo (PDL 139/05) do senador Marco Maciel (PFL-PE), que pretende sustar o ato da União.

Para o relator do projeto, senador Demostenes Torres (PFL-GO), a gestão da saúde é responsabilidade da União, dos estados e dos municípios. Por essa razão, em sua opinião, se há calamidade pública no Rio de Janeiro todos teriam responsabilidades.

Mercadante defendeu uma co-responsabilidade entre os entes federativos em relação à saúde pública e destacou que o município do Rio de Janeiro administrava 11 hospitais federais e que, por isso, recebia o maior repasse da Federação do Sistema Único de Saúde (SUS): 5% do total. A contrapartida, destacou, era a "gestão plena do sistema de saúde",



Entre Demostenes e ACM, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e jurista Paulo Brossard afirma que a intervenção federal na saúde pública do Rio é inconstitucional

que agora, com a decretação de calamidade pública, passou para o estado.

O senador Jefferson Péres considera o decreto ilegal, mas acha que uma possível anulação só deveria ocorrer na esfera do Judiciário.

– A União retirou do chefe do poder municipal a competência para dispor sobre funcionários municipais. Se isso não for intervenção, não sei mais o que é – disse.

Jorge Bornhausen (PFL-SC) afirmou que a desabilitação do município do Rio de Janeiro para cuidar da saúde pública “fere o princípio constitucional do pacto federativo” e que a lei só prevê a requisição de bens e serviços de “pessoas físicas e jurídicas”. Para ele, isso seria um “mau precedente”. Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que se a União não intervisse, poderia ser acusada de omissão.

Senadores divergem sobre correção da medida

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) defendeu a imediata aprovação do decreto legislativo apresentado por Marco Maciel (PFL-PE) - foto -. Segundo Cabral, o governo “agiu de forma arbitrária e autoritária, não respeitando o princípio administrativo, principalmente ao botar a mão nos hospitais Miguel Couto e Souza Aguiar”.

– O governo tinha de estabelecer limites ao decretar a intervenção – disse.

Sérgio Cabral reconhece que



Marco Maciel

os problemas da saúde pública carioca, embora graves, são semelhantes aos dos grandes centros urbanos.

Marcelo Crivella (PL-RJ) foi enfático: o que interessa à população é que a situação começou a melhorar após a intervenção

federal, ou seja, a greve terminou, há mais remédios e os equipamentos médicos reapareceram.

– Como é que esta Casa irá derrubar uma medida que está vindo ao encontro dos anseios do povo? – indagou Crivella.

Brossard garante que decreto viola regra constitucional

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard afirmou que a intervenção federal no sistema de saúde municipal do Rio de Janeiro é inconstitucional. Na opinião de Brossard, os poderes de competência do município – inclusive o de “cuidar da saúde e assistência pública” – são outorgados pela Constituição.

– Os poderes que o município brasileiro tem não podem ser desabilitados. Nenhuma lei poderia fazer isso. Um decreto que desabilitou de forma muito clara um poder de um

município não pode prevalecer – afirmou.

Brossard informou, no entanto, que a possibilidade de se modificar um decreto por via legislativa é uma inovação da Constituição de 1988. Para o ex-ministro, o grande problema jurídico em relação à questão é a prerrogativa aberta pela União de “requisitar serviços públicos municipais protegidos pela Constituição”.

– Com isso terminou a Federação. Bastaria invocar calamidade pública e a União poderia intervir – destacou.

Projetos

Parcelamento de férias para todos os empregados

Projeto do senador César Borges (PFL-BA) retira da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a proibição do parcelamento das férias dos empregados menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos. O senador argumenta que a restrição pode ser considerada uma medida discriminatória.

Benefícios à indústria farmacêutica

A produção de produtos farmacêuticos e seus insumos é tema de duas propostas apresentadas por Papaléo Paes (PMDB-AP). A primeira (PLS 95/04) concede benefícios fiscais e a segunda reduz as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre a importação de remédios (PLS 98/05).

Juiz poderá mudar pena de réu não perigoso

Para modernizar o sistema penitenciário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou proposta que dá ao juiz liberdade de substituir a pena de reclusão por serviços à comunidade em casos de condenados considerados de periculosidade mínima, que trabalhem, tenham endereço fixo e reparem o dano causado (PLS 91/05). Além disso, Simon quer dar aos tribunais de contas competência para fiscalizar as empresas contratadas para a execução de obras públicas (PLS 92/05) e dar ao Ministério Público poder para fazer denúncia contra sonegação ou elisão fiscal ainda na fase administrativa (PLS 94/05).

Incentivos fiscais para a Amazônia por mais dez anos

Proposta apresentada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA) prorroga por dez anos, ou seja, de 2013 para 2023, os incentivos fiscais na Amazônia (PLS 93/05). “Os valores do imposto não recolhido poderiam ser, assim, contabilizados como um fundo destinado às futuras ampliações, diversificações ou modernizações, cujos recursos são obrigatoriamente investidos na Amazônia”, justificou.

Intervenção em diretório só com aval da convenção

As intervenções dos diretórios nacionais dos partidos políticos nos diretórios regionais, no ano que antecede as eleições, só podem ser realizadas com autorização prévia da convenção nacional partidária. É o que defende o senador Edison Lobão (PFL-MA), com o objetivo de evitar arbitrariedades por parte da direção dos partidos na escolha dos candidatos às eleições (PLS 90/05).

Punição contra combustível adulterado

Para tornar mais rígidas as sanções contra a comercialização de combustíveis adulterados, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou projeto que inclui, entre as punições, a declaração de inaptidão do infrator no CNPJ. A proposta (PLS 96/05), argumentou Demostenes, vai ampliar o cerco repressivo aos que adulteram derivados de petróleo e outros combustíveis.

Recursos da seguridade social vinculados

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) quer garantir os recursos da seguridade social. Ele apresentou proposta que deixa claro na lei que os recursos orçamentários destinados à seguridade social devem ser obrigatoriamente aplicados nessa área. A iniciativa, justificou o senador, vai minimizar os problemas do setor, que envolve as áreas de saúde, previdência e assistência social (PLS 89/05).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 31 de março e 6 de abril

COMISSÕES

Repúdio a ato de racismo em partida de futebol

Em sua primeira reunião, a recém-criada Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão decidiu encaminhar ao Plenário voto de solidariedade e moção de apoio ao jogador do São Paulo Futebol Clube Edinaldo Libânio, o Grafite.

A iniciativa partiu do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), em função do episódio em que o atleta acusou de racismo o jogador argentino Leandro Desábato, durante a vitória do time paulista sobre o Quilmes, em partida de futebol realizada no dia anterior, em São Paulo, pela Taça Libertadores da América.

– No momento em que vemos uma onda crescente de atos de racismo no mundo todo e com

a agravante de ocorrerem no meio esportivo, no qual se tem o mais alto sentimento de realização patriótica e pessoal, não podemos deixar de enaltecer a atitude do atleta Grafite, que corajosamente se pôs contra a discriminação e a injúria do racismo – assinalou o senador.

O jogador argentino foi preso em flagrante por um delegado de polícia que estava de plantão no estádio do Morumbi. Paim ressaltou que a detenção de Leandro Desábato foi amparada pela Lei 7.716/89, de sua autoria, que define os crimes raciais e institui pena de um a três anos de reclusão para esse tipo de infração.

– Todo cidadão que for discriminado por um motivo ou outro deve denunciar. Também



Subcomissão que defende igualdade racial encaminha moção de apoio a Grafite, vítima de discriminação durante jogo

cumprimento a postura da nossa polícia, que de imediato interpeleu o jogador – afirmou.

O senador disse que costuma receber com frequência denúncias de racismo feitas por atletas de diversas modalidades.

– A própria Daiane dos Santos já fez. O Ronaldo e o Ronaldinho Gaúcho também já foram agredidos de forma preconceituosa. O Congresso Nacional não pode ficar de fora da campanha internacional contra o racismo e pela igualdade – lembrou Paim.

A questão racial será o tema de audiência pública a ser realizada pela subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 10h do

dia 13 de maio, conforme requerimento do senador. Deverão participar autoridades, artistas e dirigentes esportivos.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou que o jogador Grafite teve personalidade, caráter e moral para denunciar a agressão sofrida.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o Brasil precisa entender a importância do combate ao racismo, caso contrário jamais será uma nação efetivamente democrática.

João Capiberibe (PSB-AP) citou escritor angolano, para quem as elites brasileiras têm vergonha das suas origens africanas e, por isso, preferem a literatura americana.

Aprovado projeto de parcelamento de débitos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na terça-feira, substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto de lei (PLS 245/04) do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial.

O projeto de Bezerra autoriza o parcelamento de impostos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O substitutivo de Jereissati incluiu outros débitos, por exemplo, junto à Secretaria da Receita Previdenciária, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O substitutivo prevê prazo de parcelamento de 72 meses (ou 84 meses, para empresas de pequeno porte).

A aprovação do substitutivo terá um turno suplementar de votação, na próxima reunião da CAE. O projeto tramita na comissão em caráter terminativo, o que dispensa a votação em Plenário, a menos que haja recurso de um décimo dos senadores.

Comissão vai acompanhar ações contra abuso infantil

A Comissão Mista Especial da Criança e do Adolescente foi instalada na última quinta-feira e elegeu por unanimidade a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) como presidente e a deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT) para a vice-presidência. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) foi designada relatora. O colegiado vai acompanhar até dezembro a implementação das providências e recomendações apontadas pelo relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

– A criação da comissão demonstra à sociedade o interesse do Congresso Nacional em apurar com profundidade e rigor não só a efetivação dos indiciamen-



Patrícia Saboya

tos apontados pela CPI, mas a adoção das políticas públicas – declarou Patrícia.

A senadora também fez apelo para que os projetos que beneficiam essas vítimas sejam votados o mais rapidamente possível, “como uma resposta objetiva, positiva e prática à sociedade”.

Ministro é chamado a falar sobre internação em UTIs

Diante da repercussão pública sobre novas regras para ingresso e permanência de pacientes nas unidades de tratamento intensivo (UTIs), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quinta-feira requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para incluir esse tema em requerimento destinado a convocar o ministro da Saúde, Humberto Costa, para depor no colegiado. A audiência pública está marcada para esta terça-feira, às 11h.

Azeredo contestou informação de que o ministro desmentira a intenção de baixar normas sobre internação e permanência em UTIs.

– Ele não desmentiu, apenas suspendeu a decisão.

A vice-líder do governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), confirmou a intenção do governo de baixar normas a esse respeito, mas negou que seria retirada das mãos dos médicos a decisão de escolher quais doentes podem ser internados em UTIs.

– Será sempre o médico a decidir sobre a internação, como acontece hoje. As normas apenas servirão para resguardar a responsabilidade do médico.

Para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), ele mesmo um cirurgião, não se pode esquecer da grande deficiência de leitos de UTI no país.

Corretores agora precisam de exame de habilitação

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou na quinta-feira projeto de lei que institui exame de proficiência a ser exigido de corretores de imóveis, como requisito adicional para sua inscrição nos conselhos regionais de corretores de imóveis.

Ao defender seu projeto (PLS 81/04), o senador José Maranhão (PMDB-PB) disse que a iniciativa surgiu de solicitações da própria categoria, preocupada com as deficiências do setor. Os profissionais argumentam, segundo o parlamentar, que a profissão tornou-se importante para a segurança da transferência de imóveis.

Para Maranhão, as operações com imóveis são hoje complexas e exigem conhecimentos amplos e diversificados.

Especialista em vinho passa a ter profissão regulamentada

Com dez votos favoráveis, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou também o projeto de lei que regulamenta a profissão de enólogo (especialista em vinhos). A proposta (PLS 226/04), apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), recebeu parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) e permite o exercício da profissão por quem tiver diploma de nível superior de enólogo ou aos portadores de diploma de técnico em Enologia.

Entre as atribuições da profissão estão as de analisar as características físicas, químicas, sanitárias e botânicas das uvas; cultivar uvas; analisar processos de tecnologia de vinificação e aplicar a legislação vigente na atividade.

Aprovação de termo aditivo pode acelerar privatização do BEC

Em decisão não terminativa, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, na última terça-feira, parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que pode acelerar a privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC). O parecer autoriza o governo cearense a contratar com a União o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, com a interveniência do BEC, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento das senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT) para que o assunto – que envolveu grandes debates – seja discutido em audiência pública.

Rejeitada indicação do governo para a ANP

Em decisão inédita, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) rejeitou, na terça-feira, a indicação do Executivo para a diretoria geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O engenheiro José Fantine teve sua indicação vetada por 12 votos contra 11. Outro indicado para a diretoria da ANP, Victor de Souza Martins, foi aprovado por 20 a 3. Ambos foram indicados pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Dois dias depois, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), garantiu que seu partido não vai aceitar que o nome de Fantine seja submetido ao Plenário.

– O PSDB não vai aderir a essa tentativa de desmoralizar a comissão técnica da Casa – advertiu Virgílio, em resposta a notícias de que o governo pretende recorrer ao Plenário para garantir a posse de Fantine. O líder repudiou ainda notícias de que o governo poderia “trocar cargos” pela indicação do novo titular da ANP.

Essa foi a segunda vez que uma indicação para a ANP foi rejeitada e a primeira em que a rejeição se deu no âmbito da comissão. Luiz Alfredo Salomão foi vetado em 2003 pelo Plenário, que não aceitou seu nome para uma das diretorias da agência.

VIOLÊNCIA

Referendo deve ser exclusivo sobre venda de arma, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a realização isolada – sem a inserção de outras perguntas – do referendo popular sobre a proibição de armas, para evitar a pulverização e o enfraquecimento do tema.

– A consulta vai concretizar uma decisão do Estatuto do Desarmamento, que foi consequência de grande luta e de ampla mobilização. Se você divide esse referendo com outra consulta, acaba enfraquecendo a tese – disse.

O pronunciamento de Renan foi feito no dia 13, um dia após a realização do seminário “Desarmamento”, promovido na Câmara dos Deputados pelo PPS e pelo PDT, com o apoio do PT, do PV e do PSB. Durante o evento, foi

lançado o Comitê Suprapartidário pelo Desarmamento. Na mesma data, foi instalado, pelo deputado Alberto Fraga (sem partido-DF), o Comitê Suprapartidário Pró-Legítima Defesa. Segundo ele, o fim do comércio legal de armas vai “institucionalizar o mercado negro” e o referendo é desnecessário, pois o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) já dificultou a comercialização de armas.

O projeto de Renan, que regula a consulta popular, em análise na Câmara (PDL 1.274/04), torna o referendo compulsório (todos os eleitores brasileiros serão obrigados a votar). Caberá à Justiça Eleitoral elaborar as regras de campanha e de difusão em rádio e televisão.

O assunto mais polêmico debatido no seminário foi sobre

a pergunta a ser feita no referendo. O projeto do Senado prevê a seguinte questão: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” Mas o substitutivo do deputado Wanderval Santos (PL-SP), apresentado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara (em que estava o PDL 1.274/04, na ocasião), altera a pergunta para: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido aos cidadãos para sua defesa e de seus bens?”

Os deputados favoráveis ao desarmamento obstruíram a votação na comissão até o dia 13, prazo final para a decisão do colegiado. Com isso, o texto original, com a pergunta aprovada no Senado, foi diretamente para exame dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Na sequência, a matéria seguirá para o Plenário.

Projeto já aprovado pelo Senado ainda causa polêmica na Câmara

Parlamentares e especialistas discutem impactos da política de desarmamento

Durante o seminário pluripartidário sobre o desarmamento, realizado na Câmara, a deputada Denise Frossard (PPS-RJ) disse considerar inadequado chamar de “Estatuto do Desarmamento” a Lei 10.826/03. Segundo ela, o texto apenas regulamenta o registro, a posse e a comercialização de armas. Para a deputada, esperar que essa iniciativa resolva o problema da violência no país é “atribuir ao estatuto uma responsabilidade grande demais”.

Na opinião do presidente nacional do PPS, deputado Roberto Freire (PE), porém, o estatuto é mais do que “uma pífia regulamentação” para dificultar a aquisição de armas por bandidos ou para puni-los mais facilmente.

– Todos são contra os bandidos se armarem. E para opinar sobre isso não seria necessário



Parlamentares de diversos partidos participaram de seminário sobre desarmamento, realizado dia 13 na Câmara dos Deputados

um referendo. A idéia é opinar sobre a proibição do comércio de armas. Uma sociedade desarmada é mais fraterna. É preciso mostrar que as armas não estão defendendo a soberania nacional nem protegendo o Brasil, estão é matando os seus cidadãos – observou.

O Brasil é o país com o

maior número de mortes por armas de fogo no mundo. Em 2002, o número de vítimas fatais foi superior a 38 mil, segundo dados apresentados, no seminário, pela ONG Viva Rio. Freire argumenta que é preciso mudar a idéia de que a posse de arma tornaria o cidadão mais protegido.

despesas aprovadas ficando sob o arbítrio do Executivo.

Ele prometeu conversar com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a respeito da liberação de recursos para a segurança. Segundo o secretário, do total de R\$ 1,2 bilhão pleiteado para atender aos estados e municípios, só R\$ 412 milhões entraram no Orçamento de 2005. Mas, com o contingenciamento, sobraram apenas R\$ 164 milhões.

Secretários cobram recursos para segurança

Ao receber representantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública do Brasil, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a vinculação constitucional de recursos para a segurança pública.

Os secretários protestaram contra o contingenciamento de 58,8% das verbas destinadas ao setor no Orçamento deste ano e apontaram “transferência indevida” para os estados de todos os ônus com as ações de

combate à violência.

Renan respondeu que a vinculação de recursos para a segurança pública na Constituição é necessária “para evitar o agravamento da criminalidade”. Ele explicou que uma comissão de deputados e senadores vai propor alterações na tramitação do Orçamento para dar maior autonomia ao Congresso, que, hoje, aprova lei autorizativa e não mandatória, com a execução das



Raupp, Fátima Cleide, o deputado João Alfredo e Alvaro Dias: 37% das terras de Rondônia não estão cadastradas no Incra

CPI da Terra promove audiência em Porto Velho

Para avaliar a situação fundiária em Rondônia, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra promoveu quinta-feira audiência pública em Porto Velho. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 37% das terras do estado não estão cadastradas. A atuação do órgão, aliás, foi um dos principais temas discutidos.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou que Pará, Pernambuco e Rondônia são os estados com maior número de acampamentos e conflitos agrários no país. Entre os problemas agrários da região estão a exploração ilegal da madeira e a grilagem de terras.

Durante a sessão, foram apresentadas duas denúncias: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apontou a existência de trabalho escravo

no sul do estado, e o senador Sibá Machado (PT-AC) acusou ex-funcionários do Incra de emitir documentos falsos para legitimar a posse de áreas sob intervenção judicial.

O presidente da Associação dos Proprietários Rurais de Rondônia, Sebastião Conti Neto, afirmou que “nenhum grupo tem o direito de fazer a reforma agrária com as próprias mãos, mas é isso o que vem ocorrendo”.

Para o presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o quadro em Rondônia é similar ao de várias regiões do país, “principalmente nos estados mais novos, onde há grandes áreas improdutivas”. Ele citou as invasões de terras, os casos de grilagem, as documentações irregulares e o desrespeito a ordens judiciais como algumas das características comuns.

Exploração da madeira está por trás de conflito na região

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra visitou quinta-feira o acampamento Flor do Amazonas, situado a cerca de 50 km de Porto Velho (RO). O Movimento Camponês de Corumbiara, responsável pelo acampamento, afirma que há mais de 400 famílias no local, que teria 30 hectares. O acampamento está dentro da Fazenda Urupá, cuja área é estimada entre 120 mil e 140 mil hectares. Para assentar esses colonos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem tentando recuperar as terras na Justiça.

– Há uma disputa judicial desde a década de 80. Nós e o Incra queremos destinar a área para reforma agrária, mas o processo

é demorado – disse Adelino Ramos, o Dinho, coordenador do Movimento Camponês.

Segundo o deputado federal Anselmo de Jesus Abreu (PT-RO), os conflitos ali tiveram início quando a madeireira Urupá começou a atuar no local, após obter a aprovação do Incra para implementar um projeto de agropecuária na área, pertencente à União. Em vez de executar o projeto, a empresa teria passado a extrair madeira da fazenda, o que justificaria a retomada das terras pelo governo.

– Para ganhar tempo e continuar a usar a madeira, a empresa passou a dividir a área, vendendo os terrenos – afirmou o deputado Anselmo de Abreu.

A 50 km de Porto Velho, uma disputa que se desenrola desde a década de 80

Será ouvido empresário tido como maior latifundiário do mundo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra estará às 14h desta segunda-feira, em Curitiba (PR), para audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná. O proprietário rural Cecílio Rego de Almeida, tido como o maior

latifundiário do mundo, foi convidado para depor.

A CPI, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), também colherá informações sobre a quadrilha que fazia a segurança de fazendas contra invasões de terra no estado.

COMISSÕES/PLENÁRIO

Modelo de recriação da Sudene em debate

Estudo apresentado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aponta 1.785 municípios brasileiros sem qualquer condição de promover crescimento econômico e reduzir os atuais níveis de pobreza e desesperança que assolam seus cidadãos. Isso é motivo suficiente para que a administração pública volte suas ações em favor dessas cidades esquecidas, localizadas, a maior parte, no Norte e Nordeste, principais centros dos problemas regionais. Essa é a posição do ex-ministro do Planejamento e da Fazenda Paulo Haddad, que participou de audiência pública para a discussão do projeto de lei (PLC 59/04) de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Por não terem condições próprias de gerar desenvolvimento econômico, esses municípios precisariam de ajuda federal, que viria com a criação da Sudene, avaliou Haddad. Primeiro, seria importante a formulação de uma política de desenvolvimento macrorregional que atendesse as necessidades dessas regiões. Para isso, disse o ex-ministro, é preciso trabalhar a descentralização do planejamento e da formulação de estratégias.

A concentração de políticas



Durante audiência pública presidida por Jereissati (E), Haddad defende a descentralização do planejamento estatal

de desenvolvimento regional nos ministérios setoriais, em Brasília, não é uma boa estratégia, segundo Haddad, visto que não possuem recursos econômicos e humanos suficientes para atender as regiões subdesenvolvidas. "O novo modelo tem de ser descentralizado administrativamente e desconcentrado politicamente", observou. Ele afirmou "que o governo federal perdeu a capacidade de coordenação de políticas públicas" e sugeriu o estabelecimento de um gabinete especial com poder supraministerial.

Para a recriação da Sudene seria necessário trabalhar melhor o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e os incentivos fiscais, afirmou.

Especialistas defendem função reguladora

Presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a audiência teve ainda a exposição do economista Nilson Holanda e do ex-superintendente da Sudene Walfrido Salmito. Segundo Holanda, a simples restauração da Sudene não será bem-sucedida. Ele defendeu a criação de uma autarquia com função reguladora, com dotação mínima de recursos financeiros para incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento.

Salmito elogiou a reconstituição de um conselho deliberativo, como sugere o substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Agripino defende benefícios para o RN

O senador José Agripino (PFL-RN) garantiu que lutará para que seu estado seja beneficiado no projeto de transposição das águas do rio São Francisco, que deve captar até 1% das águas para perenizar rios no semi-árido nordestino. Ele



José Agripino

também reclamou que o projeto da Ferrovia Transnordestina exclui o Rio Grande do Norte de seu traçado.

– Eu apóio a transposição, que pode ajudar o meu estado, mas acho que seria melhor viabilizar projetos de irrigação existentes –

declarou o parlamentar, dizendo acreditar que a transposição tem intenções político-eleitorais.

Agripino criticou o projeto por deixar de fora as melhores terras do Rio Grande do Norte, onde está, por exemplo, a barragem Santa Cruz.

O senador registrou a presença, na quarta-feira, do ex-senador Paulo Brossard na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando foi discutida a intervenção federal no sistema de saúde do município do Rio de Janeiro. O

senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu que os senadores de reconhecida sabedoria e experiência deveriam ter assento vitalício na Casa e afirmou que, se isso ocorresse, Brossard seria o "primeiro da lista".

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comunicou que, no sábado, haveria um encontro de representantes de municípios paraibanos para debater e propor soluções que viabilizem a transposição do rio São Francisco.

O evento, observou, deverá promover a mobilização da população do estado. "Tarei para Brasília um memorial com centenas de milhares de assinaturas de paraibanos", anunciou.

Pavan critica aumento de tarifas da Infraero

O aumento das tarifas cobradas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), estatal que administra os aeroportos do país, foi criticado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele afirmou que o governo estuda o reajuste, apesar de ainda não haver consenso entre as áreas econômica e operacional. Pavan alegou que o aumento pode prejudicar o turismo interno, contrariando os projetos do governo.

O parlamentar relatou conversa com o ministro do Turismo, em que Walfrido Mares Guia teria defendido acordo com as empresas aéreas para baixar os preços das passagens.

– Não adianta reduzir o preço dos bilhetes e

aumentar as tarifas – ponderou o senador. Ele elogiou Carlos Wilson, presidente da empresa, mas, em contrapartida, protestou contra a desatenção para com o Aeroporto Internacional de Navegantes, em Santa Catarina. Pavan alegou que, apesar de ter sido reformado recentemente, o aeroporto sofre com goteiras.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a Infraero pelos gastos com propaganda. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou preocupação com as empresas aéreas. Para Lobão, o dinamismo do setor ressalta o espírito empreendedor de empresários, mas não diminui as dificuldades que vêm enfrentando.

Isenção de tributos para obras, propõe Motta

A situação precária das rodovias e dos portos brasileiros levou o senador João Batista Motta (PMDB-ES) a elaborar proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar os investimentos em infra-estrutura no país. Sua idéia é isentar essas obras de todos os tributos.

A preocupação de Motta, no entanto, não se resume à captação de verbas para infra-estrutu-

ra. Ao apresentar sua sugestão ao ministro da Fazenda, o parlamentar ofereceu uma forma de compensação das perdas com essa isenção tributária.

– É preciso cobrar imposto de quem pode pagar e acabar com o enriquecimento rápido – afirmou. Ele propõe que sejam cobrados mais tributos dos setores que exportam produtos sem beneficiamento.

Aeroporto no Acre terá mais segurança em pouso e decolagem

Em encontro com o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), e com o deputado federal Henrique Afonso (PT-AC), o presidente da Infraero, Carlos Wilson, informou que até o fim do ano a cidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, passará a contar com o Instrumento Land System (ILS) no aeroporto local. O equipamento vai garantir a segurança de pousos e decolagens de aeronaves.

Tião Viana destacou a importância da instalação do ILS para o Acre por representar a salvação de vidas. O instrumento, observou, é indispensável para pousos e decolagens de aviões, uma vez que a maioria dos vôos na região é feita no período noturno.

Costa apela por recuperação de estradas em Minas

Ao comentar a precariedade das estradas do Triângulo Mineiro, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) ressaltou que as rodovias estão intransitáveis e cobrou providências do governo.

– Apelo ao ministro Antonio Palocci para que libere os recursos da Cide, pois se não resolvermos os problemas das estradas brasileiras, a economia vai parar, e o ministro será responsabilizado – advertiu. O senador destacou que o Triângulo Mineiro recolhe R\$ 2 bilhões por ano em impostos e é responsável pelo abate de 4 milhões de aves por mês.

"Transporte está abandonado", diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou o "estado de abandono" em que se encontra o sistema de transporte no Brasil, em virtude da "escassez de investimentos" por parte do governo federal. Para o senador, a situação mais grave é a do transporte rodoviário, atingindo principalmente estradas federais.

Ao recorrer a dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Alvaro assegurou que, dos R\$ 22,4 bilhões arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o governo investiu no setor apenas R\$ 4,2 bilhões. O resultado, disse, levou a condições lastimáveis de uso das estradas.

Aelton pede término da BR-163, mas teme conflitos sociais

A conclusão da BR-163 foi defendida pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), mas ele disse temer que a finalização da rodovia agrave tensões sociais da região Norte, principalmente no Pará. Segundo observou, não basta asfaltar a rodovia, sendo necessário dar à população acesso à saúde, educação e justiça.

O senador destacou a importância do asfaltamento da estrada, ressaltando que o Brasil tem dificuldades para escoar a produção de grãos.

Francisco Pereira anuncia ampliação no porto de Vitória

O senador Francisco Pereira (PL-ES) informou que já começaram as obras de dragagem do porto de Vitória (ES), o que vai permitir a recepção de navios de maior calado dentro de seis meses. Ele disse que a Companhia das Docas do Espírito Santo (Codesa) desenvolve mais de dez projetos de melhoria do porto, ao custo de R\$ 31 milhões, que transformarão o Espírito Santo em "um dos principais parques portuários do país".

José Jorge: país pode ter crise de energia

O senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia, afirmou que o leilão de energia elétrica, no início do mês, deixou várias interrogações, e os especialistas já começam a sinalizar que o Brasil pode enfrentar crises de falta de eletricidade nos próximos anos. Ele observou ainda que há indícios de que as tarifas de energia

deverão continuar tendo reajustes acima da inflação.

O leilão do dia 2, quando as distribuidoras comprariam eletricidade das hidrelétricas para os anos de 2008 e 2009, foi considerado "desastroso" pelo mercado, disse José Jorge.

– O preço contratado ficou muito abaixo do que os investidores esperavam – informou.

PLENÁRIO

Crivella indaga BC sobre veto a funcionários

Depois de receber denúncias de que diretores do Banco Central (BC) responsáveis pela liberação de funcionários para cursarem pós-graduação estariam discriminando servidores que concluíram Economia em universidades como a de Campinas, a Federal Fluminense e a Federal do Rio de Janeiro, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu à Mesa que encaminhe o ofício à presidência do BC pedindo esclarecimentos sobre o assunto.

Lula custa caro ao país, afirma Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) observou que o gasto do país para manutenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva supera em quase três vezes as despesas dos norte-americanos com o presidente George W. Bush. Comparando com o gasto da família real da Grã-Bretanha, Mão Santa disse que a Presidência brasileira tem um custo seis vezes superior.

– É mais barato manter uma família real do que um presidente operário – afirmou.

César Borges cobra verba para metrô de Salvador

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva corta investimentos na área de infraestrutura, afetando todo o país, mas garante recursos para financiar o empreguismo de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores na administração pública. A denúncia foi feita pelo senador César Borges (PFL-BA), que reclamou do contingenciamento drástico de recursos para as obras do metrô de Salvador, que pode levar à completa paralisação do projeto ainda durante este ano.

Demostenes condena viagens do presidente

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e comitiva visitam a África, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) desferiu críticas aos compromissos externos do presidente da República. Insucessos nas negociações com parceiros comerciais, como teria ocorrido na Nigéria, despertaram no parlamentar, segundo revelou, a sensação de que o objetivo dessas viagens internacionais “é apenas viajar”.

– Aliás, o governo do PT, de uma forma generalizada, descobriu que voar é a grande quimera do poder – declarou.

Serys: sociedade pode extinguir nepotismo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse na quinta-feira que via com alegria a discussão contra o nepotismo ganhar espaço na mídia. Para Serys, da mesma forma como impediu o aumento dos salários dos deputados, a sociedade brasileira tem oportunidade ímpar agora para extinguir o nepotismo, os jetons, e outros privilégios dos parlamentares.

Serys lembrou que, em 12 anos como deputada estadual, tentou aprovar emenda constitucional proibindo a contratação de parentes nos poderes públicos e apresentou projetos para acabar com o jetom, com os recessos parlamentares, e com o 14º e 15º salários. Embora esses projetos tenham sido rejeitados, observou, sempre se recusou a receber os jetons.

A senadora informou que



CÉLIO AZEVEDO

Serys lembra que, em 12 anos como deputada, tentou aprovar emenda constitucional proibindo contratação de parentes

o pequeno município Denise, em Mato Grosso, administrado pelo PP, aprovou o fim da contratação de parentes em todos os níveis do poder público. Serys leu em Plenário o artigo “Denise deveria estar na boca do povo”, de sua autoria, no qual afirma que a medida serve como exemplo para outros mu-

nicipios, estados e para os três Poderes em nível federal.

A senadora pediu também a continuação das obras da BR-163 até o Pará. Ela apoiou ainda a manifestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela rapidez do processo de reforma agrária.

Governo faz "nepotismo", diz Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que a utilização de aeronaves, de outros equipamentos e de recursos públicos em proveito pessoal ou partidário faz parte da prática de “nepotismo” do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O termo criado pelo parlamentar amazonense é uma junção de nepotismo com “petismo”, em referência ao PT.

Virgílio anunciou a apresentação de requerimentos de informação ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e ao ministro da Defesa, José Alencar, indagando sobre a

viagem que Dirceu fez em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), no dia 25 de fevereiro passado, para São Carlos (SP), onde participou de um evento do PT e recebeu homenagem na câmara dos vereadores.

– O ministro disse que foi de avião de carreira e que só voltou no jato da FAB porque tinha assuntos importantes a tratar em Brasília. Ora, se tinha assuntos importantes, não deveria ter ido – ressaltou.

Ao analisar o debate em torno das propostas em tramitação na Câmara, que estabelecem regras contra o nepotis-

mo, Virgílio observou que é preciso vencer a “hipocrisia” e criar normas que impeçam o “nepotismo cruzado”, ou seja, a contratação de parentes de um parlamentar por outro parlamentar ou de parentes de ministro por outro ministro.

O senador lembrou que, na época da resistência à ditadura militar, até parlamentares de esquerda empregavam parentes, mas que hoje há uma cultura contrária a essa prática.

Arthur Virgílio foi apoiado em apartes pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Para Lúcia Vânia, idosos sofrem mais com a inflação

A inflação na terceira idade foi 18% superior à do conjunto da população brasileira, nos últimos 11 anos, conforme cálculos do Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3I), realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O número foi apresentado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que vê no trabalho da FGV um retrato da realidade dos idosos no país.

– Em vez de envelhecerem com dignidade, podendo usufruir de uma vida mais tranquila depois de muitos anos de trabalho, os idosos vêem seus parcos vencimentos serem consumidos pela inflação – lamentou.

Para a senadora, o índice comprova que “os idosos carregam nas costas o peso maior do reajuste dos preços, principalmente em itens essenciais para consumo, como medicamentos, planos

de saúde, alimentos, despesas com água, luz, gás e telefone”.

Segundo Lúcia Vânia, existem no país 18 milhões de aposentados e pensionistas, entre eles 60% dos benefícios recebidos correspondem a um salário mínimo.

– No Nordeste, famílias inteiras sobrevivem das aposentadorias dos idosos – afirmou.

Secretária Nacional de Assistência Social em 1997, a senadora lembrou que no governo Fernando Henrique Cardoso foi instituída a Lei Orgânica de Assistência Social, a Loas. A lei, observou, previa o atendimento aos portadores de necessidades especiais e aos idosos. Entre as ações direcionadas à terceira idade, conforme Lúcia Vânia, estavam o benefício de prestação continuada, a universidade aberta, os centros de convivência e a requalificação profissional.



Lúcia Vânia

ACM: invasão de ministério mostra falta de autoridade

“Enquanto o presidente Lula dança na África, o MST dança no Ministério da Fazenda”, comparou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao considerar a invasão do Ministério da Fazenda por manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra uma demonstração de falta de autoridade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente da República estava na África, em viagem oficial àquele continente.

Na avaliação de Antonio Carlos Magalhães, se o governo federal cruza os braços e não reage, significa que não há mais governo. Ele acrescentou que, quando não há mais polícia nem Forças Armadas para defender os prédios públicos, também não há para proteger os cidadãos. O senador disse ainda que a própria falta de ação das Forças Armadas é uma reação aos baixos salários, dos quais os militares estão reclamando.

Delcídio rebate acusações contra Meirelles

O líder do bloco de apoio ao governo, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que o pedido de abertura de inquérito da Procuradoria Geral da República contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, contém apenas fatos já esclarecidos.

Sobre a acusação de constituição de empresa *off shore* para pagamentos de despesas pessoais no Brasil, o senador destacou que a prática é comum nos Estados Unidos, onde Meirelles morava e recebia rendimentos à época.

Em relação à denúncia de enriquecimento não declarado, Delcídio vê como natural o crescimento dos rendimentos do presidente do BC, uma vez que ele foi executivo do BankBoston, o sétimo maior banco norte-americano.

Osmar alerta para crise nos municípios

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que os municípios brasileiros não estão sendo contemplados com o aumento da arrecadação que vem sendo comemorado pelo governo federal. Atualmente, observou, a participação dos municípios na arrecadação da União é de 14,7%, enquanto em 1995 era de 19%.

Osmar Dias ressaltou que o quadro se agrava à medida que, além de contar com menos recursos, os municípios têm recebido novas atribuições.

– Verificamos que os municípios brasileiros foram recebendo mais tarefas, sem a correspondente receita – afirmou.

Capiberibe elogia transparência no gasto público

O senador João Capiberibe (PSB-AP) enfatizou a importância da transparência nos gastos públicos e elogiou a atitude dos ministérios da Justiça e da Educação por divulgar dados em suas páginas na Internet. Segundo o senador, a Câmara, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o governo do Amapá e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, também já têm dados disponíveis para consulta.

O Ministério da Justiça, exemplificou Capiberibe, divulga contratos, gastos com passagens aéreas e diárias, entre outros. O MEC divulga dados sobre gastos com os estados e municípios para a capacitação de professores, aquisição de livros didáticos, merenda e transporte escolar.

PLENÁRIO

Sérgio Guerra cobra apoio ao setor agrícola

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) cobrou do governo federal medidas efetivas que permitam ao setor agrícola brasileiro permanecer apresentando bons resultados para a economia nacional. Ele lamentou que, apesar de divulgar que a agricultura é prioridade, o governo do presidente Lula, na prática, demonstre exatamente o contrário.

Sibá destaca avanços na reforma agrária

Para mostrar que a reforma está avançando, apesar das dificuldades que enfrenta, o senador Sibá Machado (PT-AC) citou ações implementadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). "Nós do PT não escondemos que gostaríamos de ver essa reforma sendo realizada de forma muito mais ampla e rápida. Mas, se o foco estiver apenas nos problemas, não veremos os avanços", disse o senador.

Suplicy anuncia marcha para Brasília em maio

No dia 17 de maio, os trabalhadores rurais sem terra vão fazer um grande ato público na Esplanada dos Ministérios, em favor da reforma agrária e contra a violência no campo. A informação é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que exaltou o evento e conclamou parlamentares e membros do governo a dialogar mais com as lideranças do movimento, em particular com as que representam o MST.

Saturnino defende investigação na PM-RJ

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a realização de uma investigação profunda na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Por entender que o governo estadual e suas autoridades ligadas à área de segurança não dispõem mais de autoridade para tal investigação, ele sugeriu que o trabalho seja feito pela Polícia Federal. A intervenção do governo federal na saúde do município do Rio de Janeiro foi citada como exemplo.

– A autoridade municipal já tinha perdido as condições de ordenar o setor de saúde. Com a intervenção, o governo federal constituiu uma nova ordenação no atendimento à população, muito satisfeita com os resultados alcançados. O mesmo é preciso que ocorra na área da segurança do estado, só é necessário se encontrar uma fórmula jurídica – afirmou Roberto Saturnino.

A sugestão de Saturnino foi uma reação à chacina ocorrida na

Baixada Fluminense na madrugada de 1º de abril, que deixou 29 mortos. Ele classificou o episódio como “uma tragédia produzida pela estupidez humana em seu grau mais elevado”. Ele disse que não falou sobre o assunto na semana passada para não correr o risco de ampliar ainda mais o clima de tensão.

Para Roberto Saturnino, a repetição de tragédias e chacinas e a escalada da criminalidade não podem se transformar em algo a que a população termine se acostumando. Ele não acredita que o aumento das penas, a sentença de morte ou a instauração de um clima de tortura possam diminuir a violência.

Roberto Saturnino afirmou que as recorrentes denúncias de



Saturnino: chacinas foram produzidas pela “estupidez humana em seu mais alto grau”

GERALDO MAGELA

envolvimento de policiais em diversos tipos de crimes, as notícias da existência de grupos de extermínio e do envolvimento de policiais com o tráfico de drogas atestam a necessidade de uma investigação profunda na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

– A Polícia Militar tem que ser recolocada em condições de cuidar da segurança do cidadão do estado do Rio – encerrou.

Maguito relembra os 50 anos do comício histórico de JK

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou os 50 anos do primeiro comício da campanha de Juscelino Kubitschek à Presidência, em Jataí (GO), onde JK teria assumido o compromisso de transferir a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, conforme recordou o senador.

– Trata-se de um ato político que mudou a história do Brasil. E não apenas porque ali se iniciou a marcha eleitoral que levaria JK à Presidência, mas porque foi naquela tarde chuvosa de 4 de abril de 1955 que Juscelino assumiu uma proposta que mudou seu projeto de governo, tornando-se a base do lema de 50 anos de progresso em cinco anos de governo – disse.

Maguito também lembrou a morte do papa João Paulo II, “o maior líder da Igreja Católica e um dos mais importantes homens da atualidade”.

Maciel diz que Papa pregava verdades que se atualizam

Ao analisar a mobilização de pessoas de todos os continentes que se dirigiram a Roma por ocasião da morte do papa João Paulo II, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que não há outra explicação, senão a de que Sua Santidade pregava mensagens reveladas há mais de dois mil anos, “quando o Eterno entrou no tempo através do rosto de Jesus”.

Importante também, ressaltou Maciel, lembrar que o Papa pregava verdades que se atualizavam ao longo do tempo. E o fazia em um mundo que vive uma séria crise de valores, que vive uma fase de mediocridade, com os sucessivos apelos à guerra e a pregação de propostas de conteúdo meramente material e econômico dominando a agenda internacional.

– O seu desaparecimento nos traz tristeza, não luto. Há silêncio, mas não há solidão, porque a graça da fé preenche o vazio e sabemos que, com a consumação de sua vida, ele é acolhido nos braços do Criador.

Papaléo saúda Protocolo de Kyoto e condena EUA

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) ressaltou a importância do Protocolo de Kyoto para reduzir a emissão de gases poluentes. O acordo entrou em vigor no dia 16 de fevereiro deste ano e foi ratificado por 46 países. O senador criticou os Estados Unidos por não terem assinado o protocolo, já que respondem pela emissão de um quarto dos gases poluentes no mundo.

Mesquita Júnior teme armação de adversários

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) informou que seu partido será oficialmente lançado hoje, em Rio Branco. Ele disse que tem se sentido pressionado por adversários após se filiar à legenda, mas assegurou que não sairá da cena política. “Quero prevenir que alguma coisa pode ser armada contra mim, pois há pessoas que operam na política com instinto ruim, são capazes de tudo”, advertiu.

Sarney prestigia lançamento de livro de italiano

O senador José Sarney (PMDB-AP) participou do lançamento, pelo Conselho Editorial do Senado, do livro *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil-Colônia do século XVIII*. De autoria do italiano radicado no Brasil desde 1997 Ricardo Fontana, o livro trata da influência cultural e arquitetônica italiana nas fortificações portuguesas a partir do século XVI.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros (D), recebeu o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, para debater o projeto que trata da indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, em início de tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo Fonteles, o objetivo da proposta é democratizar os mecanismos da escolha, que seria iniciada pelos próprios procuradores.

Relatório da CPI da Terra no Paraná

O presidente Renan Calheiros recebeu o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPMI da Terra, acompanhando os deputados estaduais do Paraná Elio Lino Rusch e Delegado Bradock. Eles

entregaram cópia do relatório de CPI da Assembléia Legislativa paranaense sobre o tema, cuja principal sugestão é que o governo utilize o arrendamento de terras públicas para fazer a reforma agrária.

Curtas

TOCANTINS - Renan Calheiros recebeu o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, acompanhado pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e pelo deputado Osvaldo Reis. Miranda disse que a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins são projetos prioritários de sua administração.

ALERTA - Se for aprovado projeto de lei que remete ao Executivo as atividades cartorárias, os cartórios podem retornar ao tempo em que eram presentes de políticos aos seus apadrinhados, alertou o desembargador Washington Luiz Damasceno, corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Alagoas, recebido por Renan.

Vereadores eleitos pedem ajuda

Um grupo de vereadores eleitos (mas não empossados) de diversas cidades brasileiras esteve com o presidente do Senado para pedir que ele interfira no andamento da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que corre no Supremo Tribunal Federal (STF) contra ato do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu o número de

vereadores. Eles acreditam que Renan possa acelerar o processo, disse o suplente de vereador de Formosa (GO) Natanael Caetano do Nascimento. Segundo o vereador, Renan prometeu enviar ao STF documento em apoio ao pedido de celeridade e conversar com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, a quem cabe dar parecer sobre a Adin.

Renan apóia CPI da emigração ilegal

O senador Renan Calheiros disse que vai convocar “o mais rapidamente possível” reunião do Congresso Nacional para a leitura do requerimento de criação da CPI mista para investigar a emigração ilegal de brasileiros e o tráfico de seres humanos. Renan recebeu o

senador Hélio Costa (PMDB-MG) e o deputado João Magno, defensores da iniciativa.

– Precisamos proteger melhor os brasileiros que vivem no exterior e, principalmente, combater essa coisa absurda que é o tráfico de seres humanos – afirmou Renan.

PLENÁRIO

Mercadante é contra internar menores em presídios

Ao registrar que entidades de direitos humanos e de defesa de adolescentes identificaram marcas de maus-tratos em internos da Febem alojados na penitenciária de Tupi Paulista (SP), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apelou ao governo de São Paulo para que reveja a decisão de manter menores em presídios. Ele se colocou à disposição do governador Geraldo Alkmin no sentido de buscarmos soluções para o problema.

O senador lembrou que somente nos últimos três meses ocorreram mais de 20 rebeliões na Febem paulista. A seu ver, o modelo da instituição não permite que os menores sejam tratados sob uma perspectiva de recuperação e reinserção na sociedade.

Mercadante também comunicou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou recentemente projeto de sua autoria que aumenta, de quatro para 15 anos de prisão, além de multa, a pena para quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar jovens a praticarem crimes como assaltos, roubos, seqüestros, formação de quadrilha e tráfico de drogas.

– Em vez de aumentar a idade penal, propus agravar a pena dos adultos que aliciam jovens e crianças para praticar crimes. É visível o crescente envolvimento de adolescentes em crimes, por isso a necessidade de rever a lei – observou.

Maria do Carmo: Sergipe sediará evento mundial sobre a família

O estado de Sergipe vai sediar, de 4 a 7 de dezembro, a Cúpula Mundial da Família, movimento internacional que tem patrocínio das Nações Unidas, anunciou, em discurso na quarta-feira, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

O movimento, segundo a senadora, visa ao fortalecimento dos laços familiares, necessário à organização de sociedades mais estáveis.

Maria do Carmo disse que, no encontro ocorrido no final do ano passado, na província de Sanya, China, o governo de Sergipe apresentou um de seus projetos relativos ao fortalecimento da família em contextos sociais, que já atendeu mais de 120 mil pessoas. Graças à proposta, o estado acabou escolhido para sediar o evento este ano.

Eduardo lamenta saída de médicos cubanos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse, em Plenário, estranhar a postura do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, de não recorrer da decisão judicial que proibiu os médicos cubanos de continuarem a trabalhar no estado. Conforme explicou, há oito anos, em virtude de convênio, dezenas de médicos cubanos vêm atuando nos pequenos municípios do estado, onde conseguiram prestar excelentes serviços de saúde à comunidade.

A proibição decorreu de uma ação patrocinada pelo Conselho Regional de Medicina, que argumentou não terem os médicos registro profissional na entidade. Pelo menos 62 profissionais estariam obrigados a voltar para Cuba na última sexta-feira.

Eduardo informou que o governo tocantinense não tem obtido sucesso na contratação de médicos brasileiros para prestar serviços no interior.

O parlamentar afirmou ter entrado em contato, na quinta-feira, com a Comissão Parlamentar Brasil-Cuba, numa tentativa de contornar o problema, que já



Segundo Eduardo Siqueira Campos, médicos de Cuba prestaram excelente serviço de saúde em diversos municípios do Tocantins

estaria se “convertendo em um constrangimento público” e em “crise diplomática”.

Senador questiona eficácia do SUS

Em discurso na segunda-feira, Eduardo questionou a eficácia do Sistema Único de Saúde (SUS), vinte anos após a sua criação. Ele lembrou que o país é obrigado a recorrer ao Exército para resolver

problemas de saúde, como ocorreu em Santa Catarina, com o surto da doença de Chagas, e no Rio de Janeiro, com a instalação de hospitais de campanha.

Ao sugerir revisão completa do sistema, o parlamentar afirmou que o governo deve esclarecer à população porque não cumpre a Constituição, aplicando os recursos prioritariamente nas ações do sistema de saúde.

Azeredo adverte sobre ameaça de gripe mundial

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) expressou preocupação com um suposto despreparo do Ministério da Saúde para lidar com as ameaças de gripes mundiais noticiadas nos últimos dias. Ele citou os riscos de gripe causados pelo vírus H5N1 (gripe do frango), que já atinge países asiáticos;

pelo vírus Marburg, que contamina populações africanas; e pelo vírus H2N2, que teve mostras enviadas também ao Brasil.

Eduardo Azeredo afirmou que o governo tem obrigação de tomar iniciativas concretas que previnam, ou pelo menos reduzam, os efeitos de prováveis pandemias causadas pelos vírus da gripe do frango e pelo Marburg.



Eduardo Azeredo

Augusto condena exclusão de profissionais de saúde

Augusto Botelho (PDT-RR) condenou a retirada da representação de 300 mil médicos do Conselho Nacional de Saúde. Esses médicos seriam incluídos no Fórum dos Trabalhadores da Saúde, que, segundo o senador, ainda nem é uma entidade regulamentada.

– Em vez de diminuir, o conselho deveria aumentar as representações de outras categorias profissionais. Os médicos defendem a parte técnica do conselho. São pessoas de alta competência em saúde pública, que representam a população, a maior prejudicada pela retirada da representação – frisou.

Augusto também comentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que, de fato, a competência para a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, é do próprio tribunal. Assim, as liminares concedidas pela Justiça Federal que impediam a demarcação perderam, automaticamente, o valor.

EX-TERRITÓRIOS - Fátima Cleide (PT-RO) alertou para a situação salarial dos funcionários públicos dos ex-territórios, principalmente Rondônia. Ela disse que o governo federal deixou de fora do Orçamento provisão para reajuste daqueles funcionários. Segundo a senadora, os servidores passaram a integrar quadro em extinção e vêm sendo excluídos das vantagens concedidas aos demais funcionários.

– Muitos professores não foram contemplados com a Gratificação de Incentivo à Docência ou reajuste salarial. Sou funcionária da área da educação e sei o que significa, para a auto-estima de uma pessoa, um salário aquém do merecido.

FUNASA - Apesar de os processos terem transitado em julgado, os servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ainda não receberam um centavo sequer das perdas salariais provocadas pelos planos Bresser e Verão, e pela URV, afirmou na quarta-feira a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL). Ela dirigiu apelo ao governo para que libere os recursos necessários ao pagamento das diferenças. – O governo federal não resolve nem mesmo a questão dos trabalhadores da Funasa contaminados por inseticida, os mata-mosquitos. Ora o problema é do Ministério da Saúde, ora é do Ministério do Planejamento, ora é do Ministério da Fazenda – protestou a senadora.

MILITARES - Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu na quinta-feira o reajuste salarial dos militares, que, disse, foi cortado pelo governo no Orçamento deste ano, descumprindo promessa feita pelo próprio presidente Lula. Conforme o senador, os recursos para o reajuste haviam sido incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) por meio de emenda conjunta de parlamentares.

Tuma também falou sobre a Medida Provisória 228, aprovada na quarta-feira, que trata dos prazos para abertura de arquivos secretos do governo. Ele lembrou ter evitado que fossem destruídos pelo governo de São Paulo, então comandado por Paulo Maluf, os arquivos do DOI-Codi.

Lúcia Vânia quer custeio de equoterapia pelo SUS

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que prevê a prática da equoterapia (modalidade de fisioterapia baseada na equitação) custeada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para portadores de necessidades especiais. A proposta recebeu parecer favorável de Flávio Arns (PT-PR), relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo explicou em Plenário, na quarta-feira, o projeto pretende viabilizar um recurso terapêutico e pedagógico aos portadores de deficiência e necessidades educacionais especiais. Na área de educação, por exemplo, a técnica favoreceria o processo de alfabetização e socialização dos alunos. Também ajudaria a desenvolver a autoconfiança, a afetividade e a auto-estima, acrescentou Lúcia Vânia.

A senadora observou que, atualmente, poucos portadores de necessidades especiais têm condições de frequentar aulas de equoterapia. Seu projeto beneficiaria, portanto, quem se vê privado desse tratamento por questões financeiras. De acordo com pesquisa do IBGE, 29% dos quase 25 milhões de portadores de necessidades especiais vivem em situação precária.

Valadares alerta para aumento de favelados em todo o mundo

O número de favelados no mundo pode triplicar nos próximos 45 anos, chegando à casa de 3 bilhões de pessoas, caso não haja um significativo aumento nos investimentos públicos no setor de moradia. O alerta foi feito pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ao relatar sua participação, como representante do Senado, no 20º Conselho Governamental do Habitat, realizado de 4 a 8 deste mês, em Nairobi, no Quênia.

No evento, disse, foram expostos dados sobre o agravamento da situação habitacional no planeta. A migração para a periferia dos centros urbanos foi apontada como principal fator responsável pela exacerbção do crescimento populacional nessas áreas, que acabam se transformando em aglomerados humanos, sem as mínimas condições de infraestrutura, afirmou.

Valadares destacou que o governo brasileiro vai investir, este ano, 60% dos recursos destinados a habitação em subsídios para famílias que ganham até cinco salários mínimos.

Voz do Leitor

REFORMA POLÍTICA

“Gostaria que os senadores Hélio Costa e Eduardo Azeredo olhassem com bastante atenção para a reforma política, tendo em vista que é um projeto de grande importância para os cidadãos. É importante realizar um trabalho de conscientização, principalmente com os jovens que residem no interior, sem o qual não haverá mudança política na prática. É preciso que os jovens saibam quais são os partidos políticos existentes e suas linhas de trabalho, apesar de muitos desses partidos não estarem preparados para a reforma política.”

Mozart Justino Vaz, de Sabará (MG)

ARMAS

“É compreensível que uma pessoa, tendo recebido uma arma de herança ou de outra forma legítima, mas não se sentindo segura no seu manejo, queira entregá-la ao Estado. O que o Estado não pode é querer obrigar o cidadão a entregar sua arma em detrimento de sua legítima defesa.”

Cleber de Assis Silva, de Porto Alegre (RS)

ESGOTO HOSPITALAR

“Sugiro ao senador César Borges a apresentação de projeto de lei que vise diminuir a devastação de matas e a poluição dos rios no sul da Bahia. Os esgotos hospitalares depositados nos rios aumentam a proliferação de doenças, como tifo e esquistossomose.”

Saulo Sousa Ferreira, de Ipiava (BA)

APOSENTADORIAS

“Gostaria de fazer uma crítica à demora no pagamento da dívida do governo federal com os aposentados do período entre 1994 e 1997, relativa à URV (Unidade Real de Valor). Em 1994, quando foi implantada a URV, o governo determinou que 100 URVs equivaleriam a R\$ 0,66. Pouco tempo depois, a Justiça julgou que o valor era R\$ 0,726 para cada 100 URVs e o governo aplicou o novo valor à poupança, mas não às aposentadorias. Só em março de 1998 a correção foi aplicada também às aposentadorias e pensões, mas não foi retroativa. Manifesto minha indignação diante da proposta indecente feita pelo governo federal, de parcelamento dessa dívida em 72 vezes.”

Mirani Ferreira Silva, de Petrópolis (RJ)

AGRICULTORES

“Senadores Hélio Costa e Eduardo Azeredo, peço que seja agilizado o repasse das verbas para os pequenos agricultores da zona rural de Mirai e Muraié (MG), pois necessitamos de auxílio para nossas plantações.”

José Antônio Barreto, de Mirai (MG)

ESTADO DO AMAZONAS

“Senadores Arthur Virgílio e Edison Lobão, sugiro um projeto de lei para dividir o estado do Amazonas em quatro estados com melhor governabilidade e melhor administração. Acredito que assim teremos mais segurança contra invasões da Amazônia.”

Euler Rocha, de Belo Horizonte (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

INSS

Eronil Passarello, de Campinas (SP)

“Senador Arthur Virgílio, há 14 anos tenho um dinheiro para receber do INSS que nunca me foi pago. Agora o INSS acaba de perdoar uma dívida do município de Campinas (SP), no valor de 256 milhões de reais. Gostaria de saber como isso pode acontecer, sendo que eles não pagam os aposentados?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:

Prezado Sr. Eronil Passarello, sem saber que tipo de débito é esse que o INSS tem com o senhor, nem as razões pelas quais o órgão não o pagou ao longo desses 14 anos, é difícil emitir uma opinião. Nada justifica, porém, tanta demora. Mesmo que o seu caso dependesse de verificação sobre a procedência ou não do débito, e ainda que sujeito à apreciação judicial, já era para ter sido resolvido há muito tempo. Compartilho, pois, de sua revolta, agravada por ver que perdoam dívida de milhões de reais de uma prefeitura.



MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

“Senador Mão Santa, a situação da saúde no país está ultrajante e vergonhosa. Penso que a municipalização não está sendo viável. O que o senhor pensa a respeito?”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) responde:

Caro Daniel, realmente a saúde pública está sendo um motivo de vergonha para o país. Concordo que não deu certo a experiência de municipalização. O pior caso é o que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, onde os principais hospitais públicos estão demitindo médicos, enfermeiros e funcionários, além de não possuírem material hospitalar. Agora o governo federal interveio naquela localidade e o ministro da Saúde apareceu na TV querendo saber quais as ações do município. Contudo, defendo que a questão é mesmo de responsabilidade da União. A municipalização até foi uma boa idéia, aproveitada da Assembleia Constituinte de 1987, mas não serviu para o Brasil, uma vez que a maioria dos estados e municípios não tem arrecadação suficiente para transformar o quadro que se vê. O governo federal não enxerga, não disponibiliza recursos do Orçamento por antecipação para pagar juros da dívida externa e leva a questão para o ralo comum, esquecendo-se que vidas são perdidas com essa omissão. Tramita no Plenário do Senado proposição que obriga o governo a executar o Orçamento “na letra”, sem desvios. Chama-se “orçamento impositivo”. Essa seria uma solução a curto prazo para o problema. Quanto à municipalização, esperamos que o Congresso Nacional reveja a Constituição, e lutaremos para isso.



Frases

“É mais barato manter uma família real do que um presidente da República operário”

Mão Santa, criticando os gastos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, de acordo com o senador, superam em quase três vezes as despesas dos norte-americanos com o presidente George W. Bush e em seis vezes os gastos com a família real da Grã-Bretanha.

“O governo promove o ‘nepetismo’ ”

Arthur Virgílio, que cobrou esclarecimentos do governo sobre a utilização de aviões da FAB e de recursos públicos em proveito pessoal ou partidário.

“Não queremos ver um dia a nossa princesa Daiane (dos Santos) sendo discriminada perante o mundo”

Paulo Paim, que elogiou a atitude do jogador Grafite de denunciar a ofensa com expressões racistas que sofreu do jogador argentino Desábato.

“Os poderes que o município brasileiro tem não podem ser desabilitados. Nem uma lei poderia fazer isso, porque se o fizesse seria inconstitucional”

Paulo Brossard, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ao condenar, durante audiência na CCJ, a intervenção federal no sistema de saúde municipal do Rio de Janeiro.

“Essa chacina, essa tragédia ocorrida na minha cidade, foi produzida pela estupidez, pela imbecilidade humana. Não podemos aceitar a banalização desses crimes”

Roberto Saturnino, lamentando a chacina ocorrida na Baixada Fluminense no dia 31 de março.

“Ninguém pode substituir o Congresso, legislar é uma atividade do Legislativo. Nós estamos exigindo o direito de o Congresso legislar”

Renan Calheiros, criticando o excesso de medidas provisórias que trançam a pauta de votação.

“Se o governo cruza os braços diante de uma situação como essa, não é mais governo”

Antonio Carlos Magalhães, que considerou a invasão do Ministério da Fazenda pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) uma demonstração de falta de autoridade do governo.

Foto da Semana

Aposentados e pensionistas realizaram passeata na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, na quinta-feira. Os manifestantes querem que seja aplicado aos benefícios o mesmo percentual de aumento dado ao salário mínimo. Representantes das organizações de aposentados, acompanhados do senador Paulo Paim, foram recebidos pelo então presidente em exercício, José Alencar, e pelo ministro da Previdência, Romero Jucá



LINDOMAR CRUZ/ABR

Rádio discute quem pode ser o novo papa

Nesta segunda-feira começa o conclave, a reunião do Colégio de Cardeais responsável pela eleição do papa que vai suceder a João Paulo II, que morreu no último dia 2. A definição do novo Papa é o tema do programa *Conexão Senado* nesse mesmo dia, às 12h, na Rádio Senado. Em destaque, o perfil dos principais indicados ao Sumo Pontificado da Igreja Católica e os desafios a ser enfrentados pelo novo papa, como o debate sobre a reforma agrária, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a interrupção da gravidez, entre outros temas diretamente influenciados por avaliações de cunho religioso.

O ouvinte também pode par-

ticipar da discussão e tirar suas dúvidas pelo endereço eletrônico conexao@senado.gov.br, telefone (61) 311-1182 ou pelo fax (61) 311-2777.

Moreira da Silva no Música do Brasil

A programação musical homenageia Moreira da Silva (*ilustração*), ícone da malandragem carioca. Ele é o tema do *Música do Brasil*, que vai ao ar no sábado, às 16h.

Moreira da Silva faleceu em 2000, aos 98 anos, grande parte deles dedicados à vida artística. A atração traz uma entrevista, além de diversas músicas interpretadas por Moreira da Silva, como *Na Subida do Morro*, de Moreira

e Ribeiro da Cunha; *Samba Aristocrático*, de Moreira e José Dilermando; *Moreira na Ópera*, de Henrique Batista e Marília Batista; *Ópera do Morro*, de Dicró e Pongá; e *Conversa de Botequim*, de Noel Rosa e Vadico, entre outras.

Outro destaque é o *Escala Brasileira*, que, na quinta-feira, às 23h, apresenta o violinista francês Nicolas Krassik. Radicado no Brasil há três anos, ele tem tocado com artistas consagrados, como Yamandu Costa, Beth Carvalho, João Bosco, Marco Pereira e Paulo Sérgio Santos.

Nicolas Krassik é formado em música erudita pelo Conservatoire National de Région



d'Aubervilliers-La Courneuve, e em jazz pelo Centre de Formation Musicale de Paris. Participou de gravações de trilhas sonoras para cinema e TV, e de CDs com diversos artistas europeus e brasileiros, como no disco *Nome Sagrado*, de Beth Carvalho; no de Argemiro Patrocínio, da Velha Guarda da Portela; e no *Café Brasil II*, do grupo Época de Ouro.

Mais sobre a programação em www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Livro desconstrói mitos do período imperial brasileiro

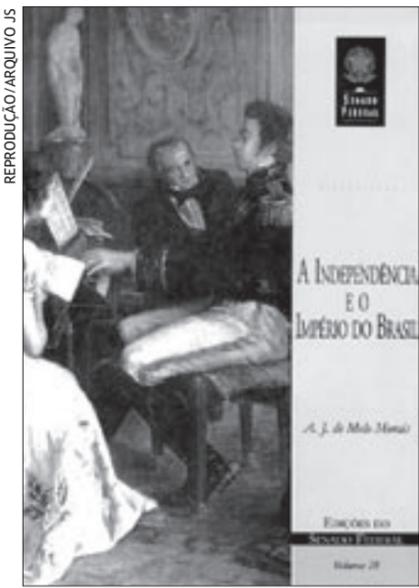
ALEXANDRE GUIMARÃES

“Que é História?” Edward H. Carr, diplomata e historiador inglês, já respondeu, em certo momento, a essa questão, afirmando que “ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”. Ao se ler *A Independência e o Império do Brasil*, de A. J. de Melo Moraes, a afirmação de Carr se torna evidente.

Melo Moraes, médico, político e historiador alagoano, tenta em seu livro desconstruir mitos enraizados desde os primeiros anos após a Independência do Brasil

– a obra é escrita em 1877, ainda no Segundo Reinado. Surpreende o leitor, por exemplo, o questionamento do título de Patriarca da Independência, que os livros de História do Brasil atribuem a José Bonifácio.

Dois são os grandes méritos da obra de Melo Moraes: a simplicidade do texto e a riqueza de documentação. Quanto à simplicidade, longe de mediocridade, torna a obra de fluente leitura. A riqueza de documentação permite



REPRODUÇÃO/ARQUIVO JS

que o leitor moderno se contextualize com o dia-a-dia do Império.

Por outro lado, a farta documentação traz o que talvez seja o único pecado do texto, a busca de uma verdade absoluta na história. Melo Moraes, para provar suas teses, por vezes, resume fatos históricos à objetividade de documentos, esquecendo-se da subjetividade humana.

A Independência e o Império do Brasil, volume 18 da coleção Edições do Senado Federal, é um trabalho primoroso de pesquisa e essencial àqueles que desejam entender um pouco mais sobre a formação do Estado brasileiro.

CIDADANIA

Programa incentiva a valorização dos idosos

Para incentivar os municípios brasileiros a desenvolver práticas públicas direcionadas aos cidadãos idosos, o Senado Federal instituiu o programa Cidade Amiga da Terceira Idade. Mais de 200 municípios já se inscreveram para obter o Certificado de Qualidade, criado para ser entregue aos que apresentarem programas exemplares voltados aos moradores com mais de 60 anos.

Iniciativa da Subcomissão do Idoso, o programa foi formulado por uma equipe da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que será responsável pela visita aos municípios para a verificação dos programas, que contemplam diversas áreas, como lazer, saúde, educação, legislação, entre outras [veja quadro].

– Esperamos estimular as cidades brasileiras a estabelecer o idoso como prioridade nas suas políticas públicas – disse o



J. FREITAS

Sérgio Cabral, presidente da Subcomissão do Idoso: Brasil ainda deve tratamento mais respeitoso para os cidadãos mais velhos

senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da Subcomissão do Idoso.

Para o senador, o tratamento ao idoso no país melhorou, mas está longe do adequado. “O Estatuto Nacional do Idoso foi muito importante para a terceira idade, mas ainda não temos o total respeito e a valorização desses cidadãos como acontece nos países desenvolvidos”, afirmou.

As visitas aos municípios ca-

dastrados serão iniciadas em dois meses, sendo as cidades mineiras as primeiras avaliadas pelos técnicos da SBGG em ações como criação de políticas de geração de renda e emprego, segurança, cidadania e conselhos municipais. Ao término, os especialistas irão apresentar recomendações a seus gerenciadores.

Os municípios aprovados irão receber diploma e o selo Cidade Amiga da Terceira Idade.

Para a cidade habilitar-se ao certificado Cidade Amiga da Terceira Idade, deverá possuir programa exemplar voltado para o cidadão idoso, que será avaliado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), em uma das seguintes áreas:

- ▶ adequação e eficiência da legislação municipal de proteção ao idoso;
- ▶ programas relacionados à expectativa de vida após os 60 anos e, em especial, às epidemias que afetam as pessoas idosas;
- ▶ ambiente físico (rampas de acesso, áreas para idosos), programa de respeito no trânsito voltado ao idoso (semáforo com temporização ao ritmo do idoso, por exemplo) e SOS Idoso (central de

- atendimento telefônico para receber denúncias de desrespeito e maus-tratos);
- ▶ lazer e incentivo ao exercício da cidadania pelos idosos;
- ▶ alfabetização especializada e curso superior com disciplinas curriculares ou conteúdos transversais na área de geriatria e gerontologia;
- ▶ engajamento da sociedade civil – existência de ONGs de apoio voluntário às famílias de idosos.

Conheça o Senado

Palácio do Congresso comemora este mês 45 anos como sede do Legislativo

Brasília comemora este mês 45 anos como sede dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário federais. O vice-presidente da época, João Goulart, que também era o presidente do Congresso, abriu a primeira sessão do Parlamento, realizada na nova sede, em 21 de abril de 1960.

Na sessão inaugural, no Palácio do Congresso, Jango elogiou a insistência do Legislativo em apoiar a lei que decretava a transferência da capital, mesmo diante de controvérsias levantadas por opositores à mudança.

Designado para representar o Senado na solenidade, o senador Filinto Müller exaltou a determinação daqueles envolvidos na construção da capital e da população local.

– É essa integração que dá a Brasília o sentido generoso e humano, que foi compreendido por todo o Brasil, que emocionou a nação e mobilizou o país para a grande realização – afirmou.

A primeira sessão do Senado só ocorreria no dia seguinte, 22 de abril de 1960. Na ocasião, todas as lideranças partidárias

subiram à tribuna para celebrar a nova sede. Oposição e governo demonstraram a satisfação unânime dos parlamentares com a transferência.

A construção da nova capital, Brasília, foi meta-símbolo do governo de Juscelino Kubitschek, conhecido por seu plano de metas, que faria o Brasil crescer “50 anos em 5”. Além da nova capital, sua gestão foi caracterizada por realizações nos campos da siderurgia, metalurgia, indústria automobilística, construção naval, usinas hidrelétricas e rodovias.



REPRODUÇÃO/ARQUIVO JS

Goulart (D), então vice-presidente da República e presidente do Congresso, abriu a sessão inaugural de 21 de abril de 1960

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaté Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtér Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Como se comunicar com o governo federal

Atendendo a pedidos de leitores, o *Especial Cidadania* traz nesta edição a relação dos telefones e endereços postais e eletrônicos do Poder Executivo, para que o cidadão possa se comunicar com o governo federal. Foi incluída também relação de telefones 0800, que permitem ligações gratuitas de todo o Brasil para órgãos que prestam serviços à sociedade.



Os cidadãos podem enviar sugestões, reclamações, pedidos ou elogios para as diferentes áreas do governo federal

Presidência e secretarias de Estado

Presidente da República:

Luiz Inácio Lula da Silva
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
70150-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-1221
www.planalto.gov.br

Vice-presidente: José Alencar

Palácio do Planalto - Anexo II,
70083-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-2901
vpr@planalto.gov.br
www.vice-presidencia.gov.br

Casa Civil: min. José Dirceu

► Responsável pela coordenação e integração das ações do governo.

Palácio do Planalto - 4º andar
70150-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-1221
casacivil@planalto.gov.br
www.presidencia.gov.br/casacivil

Secretaria Geral: min. Luiz Dulci

► Responsável pela assistência e assessoramento direto ao presidente.

Palácio do Planalto, 4º andar
70150-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-1700
sg@planalto.gov.br

www.planalto.gov.br/SecGeral

Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica: min. Luiz Gushiken

► Responsável pela coordenação, normatização e controle da comunicação do governo.

Palácio do Planalto
70150-900 - Brasília (DF)
Tels.: (61) 411-4805 e 411-4806
www.presidencia.gov.br/secom

Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais: min. Aldo Rebelo

Palácio do Planalto - 4º andar
70150-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-1127

scpai@planalto.gov.br
www.planalto.gov.br/scpai

Advocacia Geral da União: min. Álvaro Ribeiro Costa

► Representar a União, judicial e extrajudicialmente, e prestar consultoria jurídica à Presidência.

SIG Quadra 6, Lote 800, 3º andar - 70610-460 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 4009-4661

www.agu.gov.br

Controladoria Geral da União: min. Waldir Pires

► Assiste ao presidente, quando da defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e às atividades de ouvidoria geral.
SAS Quadra 1, Bl. A, 8º andar
70070-905 - Brasília (DF)
Tels.: (61) 412-7115 e 412-7116
cgu@planalto.gov.br
www.planalto.gov.br/cgu

Comissão de Ética Pública: pres. Fernando Neves da Silva

Palácio do Planalto - Anexo II, Ala B, sala 202, 2º andar
70150-900 Brasília (DF)
Tels.: (61) 411-2952 e 411-2924
etica@planalto.gov.br
www.presidencia.gov.br/etica

Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: min. Jaques Wagner

Palácio do Planalto
70150-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-1221
www.planalto.gov.br/cdes

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: min. José Fritsch

Esplanada dos Ministérios,
Bl. D, 2º andar
70043-900 - Brasília (DF)

Tel.: (61) 225-5105
seap-comunicacao@agricultura.gov.br
www.planalto.gov.br/seap

Secretaria Especial dos Direitos Humanos: min. Nilmário Miranda

Esplanada dos Ministérios, Bl. T,
4º andar - 70064-900
Brasília (DF)
Tel.: (61) 429-3454
www.planalto.gov.br/sedh

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: min. Matilde Ribeiro

Esplanada dos Ministérios,
Bl. A, 9º andar
70054-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-3663
www.planalto.gov.br/seppir

Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres: min. Nilcéa Freire

Esplanada dos Ministérios, Bl. L,
2º andar, sala 200
70047-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 2104-9377
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.planalto.gov.br/spmulheres

Ouvidoria: (61) 2104-9390

Telefones 0800

Fome Zero: 0800-707-2003. De 8h às 20h, de segunda a sexta-feira

Fala, Brasil: 0800-61-6161
Informações sobre os programas do Ministério da Educação

Linha Verde do Ibama: 0800-61-8080. Informações e denúncias de agressões ao meio ambiente. De 8h às 19h, de segunda a sexta-feira

PrevFone: 0800-78-0191
Informações da Previdência Social. De 7h às 19h, de segunda a sexta-feira

Central de Atendimento ao Agricultor: 0800-61-1995. De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Alô Trabalho: 0800-61-0101 (regiões Sul e Centro-Oeste, mais Acre e Rondônia) e 0800 2850101. De 8h às 17h, de segunda a sexta-feira

Denúncias sobre violência sexual contra a criança e o adolescente: 0800-99-0500. De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Disque Saúde: 0800-61-1997. De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Disque Transplantes: 0800-883-2323. Central 24 horas.

Programa Luz para Todos: 0800-56-0506. Informações sobre os coordenadores regionais. De 8h às 17h, de segunda a sexta-feira

Disque Saúde Mulher: 0800-644-0803. De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit): 0800-61-1535 (ouvidoria). De 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira

Agência Nacional de Saúde (ANS): 0800-701-9656.
Reclamações sobre planos de saúde. De 8h às 20h, de segunda a sexta-feira

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): 0800-33-2001. Reclamações contra as operadoras de telefonia. Central 24 horas

Agência Nacional do Petróleo (ANP): 0800-90-0267. Denúncias contra postos de combustíveis e revendedoras de gás. De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): 0800-644-0644. De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq): 0800-644-5001. De 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): 0800-727-2010. De 8h às 20h, de segunda a sexta-feira

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 0800-21-8181. De 8h às 17h, de segunda a sexta-feira

Banco Central: 0800-99-2345. De 9h às 16h. Dias úteis

Banco do Brasil: 0800-78-5678. Central 24 horas

Caixa Econômica Federal: 0800-574-0101. De 7h às 20h, de segunda a sexta-feira

Correios: 0800-570-0100. Central 24 horas

Ministérios

Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa

min. Roberto Rodrigues
Esplanada dos Ministérios, Bl. D
70043-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 218-2828
cenagri@agricultura.gov.br
www.agricultura.gov.br

Cidades

min. Olívio Dutra
Esplanada dos Ministérios, Bl. A
70050-901 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 2108-1000
cidades@cidadaes.gov.br
www.cidadaes.gov.br

Ciência e Tecnologia - MCT

min. Eduardo Campos
Esplanada dos Ministérios, Bl. E
70067-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 317-7500
agenciact@mct.gov.br
www.mct.gov.br

Comunicações - MC

min. Eunício Oliveira
Esplanada dos Ministérios, Bl. R
70044-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 311-6000
webmaster@mc.gov.br
www.mc.gov.br

Cultura - MinC

min. Gilberto Gil
Esplanada dos Ministérios, Bl. B
70068-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 316-2000
www.cultura.gov.br

Defesa - MD

min. José Alencar

Esplanada dos Ministérios, Bl. Q
70049-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 312-4000
www.defesa.gov.br

Desenvolvimento Agrário - MDA

min. Miguel Rosseto
Esplanada dos Ministérios, Bl. A
70054-900 - Brasília (DF)
Tels.: (61) 223-8076 e 314-8002
comunicacaosocial@mda.gov.br
www.mda.gov.br

Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

min. Patrus Ananias
Esplanada dos Ministérios, Bl. C
70046-900 - Brasília (DF)
Tels.: (61) 313-1822 e 313-1553
www.mds.gov.br

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

min. Luiz Fernando Furlan
Esplanada dos Ministérios, Bl. J
70053-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 2109-7000
www.desenvolvimento.gov.br

Educação - MEC

min. Tarso Genro
Esplanada dos Ministérios, Bl. L
70047-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 2104-8484
www.mec.gov.br

Esporte - ME

min. Agnelo Queiroz
Esplanada dos Ministérios, Bl. A
70054-906 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 217-1800
www.esporte.gov.br

Fazenda - MF

min. Antonio Palocci
Esplanada dos Ministérios, Bl. P
70048-900 - Brasília (DF)
Tels.: (61) 412-3000 e 412-2000
www.fazenda.gov.br

Integração Nacional - MIN

min. Ciro Gomes
Esplanada dos Ministérios, Bl. E
70067-901 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 414-5800 e
0800-61-0021 (Ouvidoria)
www.integracao.gov.br

Justiça - MJ

min. Márcio Thomaz Bastos
Esplanada dos Ministérios, Bl. T
70064-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 429-3000
www.justica.gov.br

Meio Ambiente - MMA

min. Marina Silva
Esplanada dos Ministérios, Bl. B
70068-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 4009-1000
www.mma.gov.br

Minas e Energia - MME

min. Dilma Rousseff
Esplanada dos Ministérios, Bl. U
70065-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 319-5555
www.mme.gov.br

Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

min. Paulo Bernardo Silva
Esplanada dos Ministérios, Bl. K
70040-906 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 429-4343

www.planejamento.gov.br

Previdência Social - MPS

min. Romero Jucá
Esplanada dos Ministérios, Bl. F
70059-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 317-5000
www.previdencia.gov.br

Relações Exteriores - MRE

min. Celso Amorim
Esplanada dos Ministérios, Bl. H
70170-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 411-6161
www.mre.gov.br

Saúde - MS

min. Humberto Costa
Esplanada dos Ministérios, Bl. G
70058-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 315-2425
www.saude.gov.br

Trabalho e Emprego - MTE

min. Ricardo Berzoini
Esplanada dos Ministérios, Bl. F
70059-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 317-6000
www.trabalho.gov.br

Transportes - MT

min. Alfredo Nascimento
Esplanada dos Ministérios, Bl. R
70044-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 311-7000
www.transportes.gov.br

Turismo - Mtur

min. Walfrido dos Mares Guia
Esplanada dos Ministérios, Bl. U
70065-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 321-8077
www.turismo.gov.br